



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

GILMARA DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O LETRAMENTO FEMINISTA
EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DA BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

GILMARA DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O LETRAMENTO FEMINISTA
EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte

Silva, Gilmara dos Santos.

S578e

Um estudo sobre o letramento feminista em livros didáticos do Ensino Médio da Bahia / Gilmara dos Santos Silva. - Redenção, 2023. 66f: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras/malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Letramento. 2. Material didático. 3. Pedagogia - Feminista. 4. Educação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 372.4

GILMARA DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O LETRAMENTO FEMINISTA
EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 27 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Denilson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Carlos Héric Silva Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Ao meu Deus, que foi o motivo de eu não ter desistido, ao meu filho Pietro, pela dádiva de renascer com sua chegada e a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

Com imensa gratidão, dedico este trabalho a vocês.

AGRADECIMENTOS

Com imensa alegria e emoção apresento este Trabalho de Conclusão de Curso, resultado de anos de dedicação, esforço e paixão pela minha área de estudo. Ao alcançar este momento, gostaria de expressar minha gratidão e dedicar este trabalho a todos aqueles que foram fundamentais em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, fonte inesgotável de força, fé e inspiração, por ter me sustentado durante os momentos de dificuldade e incerteza. Sua presença constante em minha vida fortaleceu minha determinação e trouxe esperança nos momentos mais desafiadores. Agradeço por ser meu refúgio e minha rocha inabalável!

Agradeço aos meus familiares, em especial ao meu marido Fabio Oliveira e à minha mãe Cleuza Cardoso, pelo constante apoio e amor incondicional. A confiança de vocês em mim tem sido minha maior motivação e fortaleza ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador, Dr. Alexandre Cohn da Silveira, expresso minha imensa gratidão pela orientação, confiança e solidariedade durante os momentos em que pensei em desistir devido ao acúmulo de várias funções como mãe, estudante, professora e mulher. Agradeço por me incentivar a superar meus limites intelectuais. Suas lições, conselhos e críticas construtivas têm sido de valor inestimável para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Aos meus professores do Campus Malês, cada contato e aprendizado foram importantes ao longo desses 08 semestres de construção e reconstrução de saberes.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de estudo, que compartilharam risos, desafios e momentos de estresse ao longo dessa jornada acadêmica.

Por fim, mas não menos importante, dedico este trabalho a mim mesma. Ao longo desse processo, enfrentei desafios e dúvidas, mas também encontrei força interior e perseverança. Esta conquista é um testemunho da minha determinação e dedicação em alcançar meus objetivos.

Que a minha dedicação e esforço se convertam em um legado positivo, capaz de impactar vidas e fazer a diferença. Que esta pesquisa seja um passo em direção ao progresso, à compreensão e à transformação. E que, em cada conquista, eu possa retribuir ao mundo um pouco do que recebi.

RESUMO

Este estudo tem como foco a importância de abordar o letramento feminista nos materiais didáticos e paradidáticos do Ensino Médio da Secretaria de Educação da Bahia. O objetivo é investigar como esses materiais incorporam e promovem o letramento feminista, que busca alcançar a igualdade de gênero, questionar estereótipos, valorizar as vozes e experiências das mulheres, e combater as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Utilizando uma abordagem bibliográfica, a pesquisa analisou a produção de material didático para o Ensino Médio nos anos letivos de 2020 e 2021, durante a pandemia de COVID-19. A hipótese levantada é que a exclusão das mulheres nos materiais didáticos contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero, limitando as oportunidades e o desenvolvimento pleno das mulheres na sociedade. Além disso, a ausência de representações femininas significativas pode influenciar negativamente a autoestima e a identidade das meninas, reforçando padrões discriminatórios. Destaca-se a importância dessa discussão e a necessidade de adotar uma proposta pedagógica fundamentada no letramento feminista para promover uma escola democrática e inclusiva, onde a diversidade humana seja respeitada e valorizada. Apesar disso, foram encontradas poucas pesquisas acadêmicas abordando especificamente essa questão nos materiais didáticos, evidenciando a necessidade de uma investigação mais aprofundada para compreender melhor a extensão do problema e suas implicações para a educação e a igualdade de gênero. Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para a conscientização sobre a importância da representatividade de gênero nos materiais didáticos e para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais inclusivas e igualitárias.

Palavras-chave: educação; letramentos; material didático; pedagogia - feminista.

ABSTRACT

This study focuses on the importance of addressing feminist literacy in teaching materials for high school in the State Education Department of Bahia. The objective is to investigate how these materials incorporate and promote feminist literacy, which aims to achieve gender equality, challenge stereotypes, value women's voices and experiences, and combat gender inequalities in society. Using a bibliographic approach, the research analyzed the production of teaching materials for high school during the academic years of 2020 and 2021, amidst the COVID-19 pandemic. The hypothesis raised is that the exclusion of women in teaching materials contributes to the perpetuation of gender stereotypes, limiting opportunities and the full development of women in society. Furthermore, the absence of significant female representations can negatively impact the self-esteem and identity of girls, reinforcing discriminatory patterns. The importance of this discussion and the need to adopt a pedagogical proposal based on feminist literacy to promote a democratic and inclusive school, where human diversity is respected and valued, are highlighted. However, few academic studies specifically addressing this issue in teaching materials were found, underscoring the need for further investigation to better understand the extent of the problem and its implications for education and gender equality. It is expected that the results of this research will contribute to raising awareness about the importance of gender representation in teaching materials and the development of more inclusive and equitable educational strategies.

Keywords: courseware; education; literacies; pedagogy - feminist.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Explicação sobre “Letramento”	13
Figura 2	Definição de “Letramento”	14
Figura 3	Estrutura do currículo da Bahia	41
Figura 4	Capa – Cadernos de apoio à aprendizagem – Português	49
Figura 5	Escritora Carolina Maria de Jesus	50
Figura 6	A trilha na minha vida	51
Figura 7	Músicas – Ai, que saudade de Amélia / Emília	52
Figura 8	Atividade de compreensão textual	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO I: SOBRE LETRAMENTO	12
2.1	CONCEITO	12
2.2	TIPOS E FORMAS DE LETRAMENTO	16
2.2.1	Letramentos sociais	16
2.2.2	Letramento político	19
2.2.3	Letramento feminista	21
3	CAPÍTULO II: SOBRE UMA PEDAGOGIA FEMINISTA CULTURALMENTE SENSÍVEL	26
3.1	CONCEITO DE PEDAGOGIA FEMINISTA	26
3.2	A PEDAGOGIA CULTURALMENTE SENSÍVEL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE AULA	29
3.3	A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA PROFESSORA DE LP NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS FEMINISTAS	32
4	CAPÍTULO III: ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS (ENSINO MÉDIO) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA	36
4.1	ANÁLISE DA BNCC: FUNDAMENTOS SOBRE O LETRAMENTO FEMINISTA	37
4.2	CURRÍCULO ESCOLAR	39
4.3	LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS PARA AULAS DE LP	46
4.4	SUGESTÕES DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Meu objetivo com este trabalho é realizar um estudo sobre o letramento feminista em livros didáticos do Ensino Médio da Bahia. Percebo que o letramento feminista é uma abordagem que busca promover a conscientização e a igualdade de gênero por meio da análise crítica dos discursos presentes na sociedade, incluindo aqueles encontrados nos materiais educacionais.

O ensino médio é uma fase crucial na formação dos estudantes, sendo responsável por consolidar conhecimentos e habilidades essenciais para sua vida acadêmica e profissional. Nesse sentido, é fundamental que os materiais didáticos utilizados nesse nível de ensino sejam inclusivos e reflitam a diversidade de perspectivas e experiências presentes na sociedade.

O letramento feminista propõe uma visão de mundo que questiona as desigualdades de gênero e busca desconstruir estereótipos e preconceitos presentes na cultura e na linguagem. Trata-se de uma abordagem que visa promover a igualdade de oportunidades e o empoderamento das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para a realização deste trabalho, foram estruturados três capítulos embasados em fundamentos teóricos, que descrevemos a seguir:

No primeiro capítulo deste trabalho, discorreremos sobre o conceito de letramento, suas diferentes abordagens e como ele se relaciona com as práticas sociais. Além disso, abordaremos os letramentos sociais, com ênfase no letramento político e no letramento feminista, destacando sua importância no contexto educacional.

No segundo capítulo, abordaremos o conceito de pedagogia feminista e sua relevância para uma educação culturalmente sensível. Serão exploradas as práticas pedagógicas que promovem a igualdade de gênero e a valorização das identidades femininas, assim como a importância do papel da professora de língua portuguesa na formação de sujeitos feministas.

No terceiro capítulo, realizaremos uma análise dos materiais didáticos do ensino médio da Bahia, disponibilizados pela Secretaria de Educação, sob a perspectiva do letramento feminista. Será feita uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação aos fundamentos do letramento feminista, bem como do currículo escolar e dos livros didáticos e paradidáticos utilizados nas aulas de língua portuguesa.

Por fim, apresentaremos sugestões de sequência didática que possam ser incorporadas nas práticas de ensino de língua portuguesa, com o intuito de promover o letramento feminista e contribuir para uma educação mais igualitária e inclusiva.

2 CAPÍTULO I: SOBRE LETRAMENTO

2.1 CONCEITO

No livro “Letramento – Um tema entre três gêneros”, Magda Soares (2009, p.17), apresenta definições que aparecem no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, sobre o termo alfabetizar – que é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever e o termo alfabetização: ação de alfabetizar. Segundo a autora, a partir dessas palavras que conhecemos bem – analfabetismo e analfabeto, alfabetização, alfabetizar – que surge a palavra “letramento”. Isso se dá porque antes com base no formulário do Censo, o indivíduo que soubesse assinar seu nome era considerado alfabetizado, com avanço da educação, como também da sociedade as exigências mudaram. Agora, se esse mesmo indivíduo conseguindo ler um bilhete simples, compreende-lo com base no seu contexto cultural e social será considerado “letrado”.

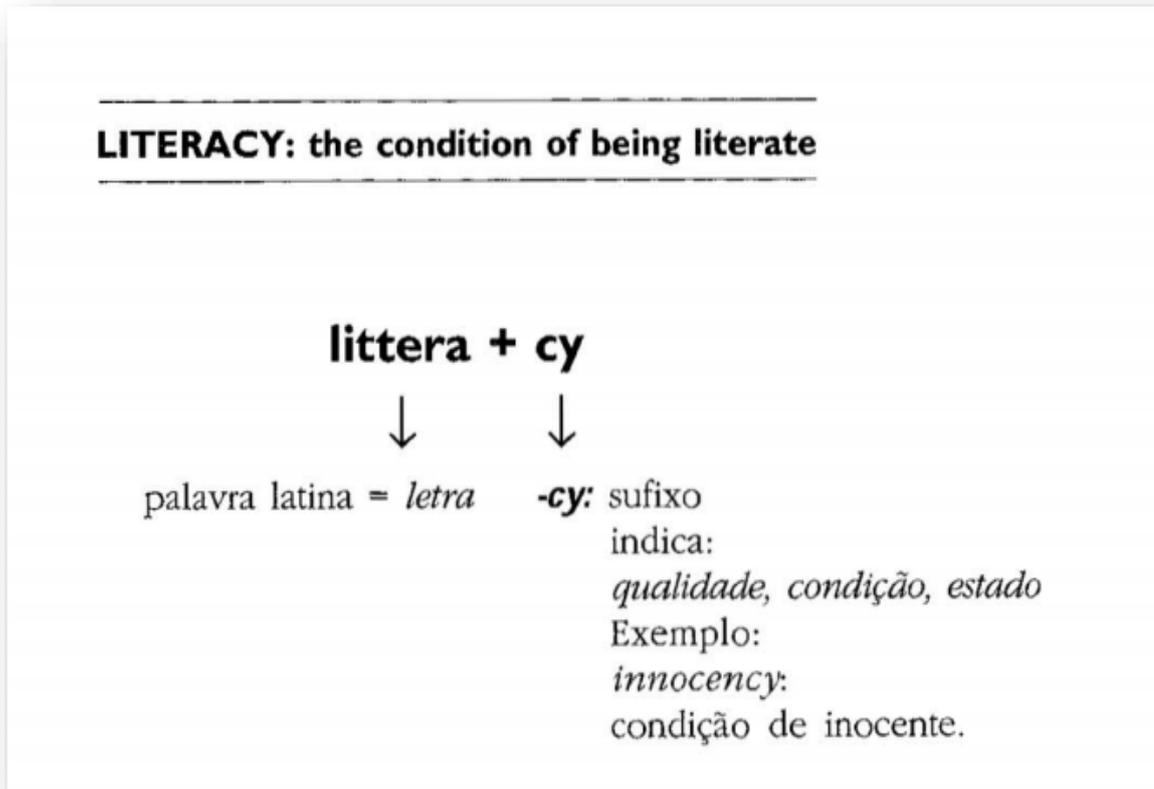
No entanto, a palavra *letramento* diferente de alfabetização, não está dicionarizada, porque foi introduzida muito recentemente na língua portuguesa e muitos teóricos não afirmam com precisão sobre a inserção desse termo na nossa língua. Conforme Soares (2009), parece que a palavra *letramento* apareceu pela primeira vez no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, de Mary Kato, especificamente nessa citação em que a autora diz: “Acredito ainda que a chamada norma-padrão, ou língua falada culta, é uma consequência do **letramento**, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita” (KATO, 1980, p.7). Aqui, Mary Kato destaca a incumbência do papel da escola.

Mesmo que o termo *letramento* tenha sido referido na citação acima, pela autora podemos perceber que ela não foi definida, entretanto, é a primeira vez que a palavra *letramento* surgiu na língua portuguesa. Depois disso, segundo Soares (2009), a palavra “letramento” surgiu novamente em 1988, no livro “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, de Leda Verdiani Tfouni, a qual dedica páginas à definição de *letramento* e busca distinguir *letramento* de alfabetização, cujo estudo aborda sobre o modo de falar e de pensar de adultos analfabetos. Ainda assim, a definição de *letramento* estava um pouco deturpada, tendo sua interpretação voltada para o conceito de *letrado*.

Desse modo, existe a necessidade de nomearmos as novas palavras que surgem na língua; novos fenômenos ocorrem; novos fatos são inventados, ou seja, precisamos conceituar e dicionarizar todos novos vocábulos que surgem na língua. Para esse fenômeno, a autora Soares (2009) foi buscar na palavra inglesa “*literacy*” como a tradução para o português da

palavra “letramento” conforme mostrado na figura 1 abaixo. Portanto, a palavra *letramento* é oriunda da palavra “*literacy*”. Vejamos a definição apresentada pela autora na figura abaixo.

Figura 1 - Explicação sobre “Letramento”



Fonte: Soares (2009, p. 35).

O modelo apresentado na figura 1 mostra, por exemplo, a palavra em língua inglesa *innocency*, a qual tem no final o sufixo *-cy*, que indica, neste idioma, a condição de inocente, inocência, portanto. Da mesma forma, consta a definição apresentada e traduzida pela autora (SOARES, 2009, p.35) referente a *literacy* é “a condição de ser letrado” – dando à palavra “letrado” um sentido diferente daquele que vem tendo em português. Ainda, a autora relata que *literate* é o adjetivo que caracteriza a pessoa que domina a leitura e a escrita, e *literacy* designa o estado ou condição daquele que é *literate*, daquele que não só sabe ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita. (SOARES, 2009, p.36)

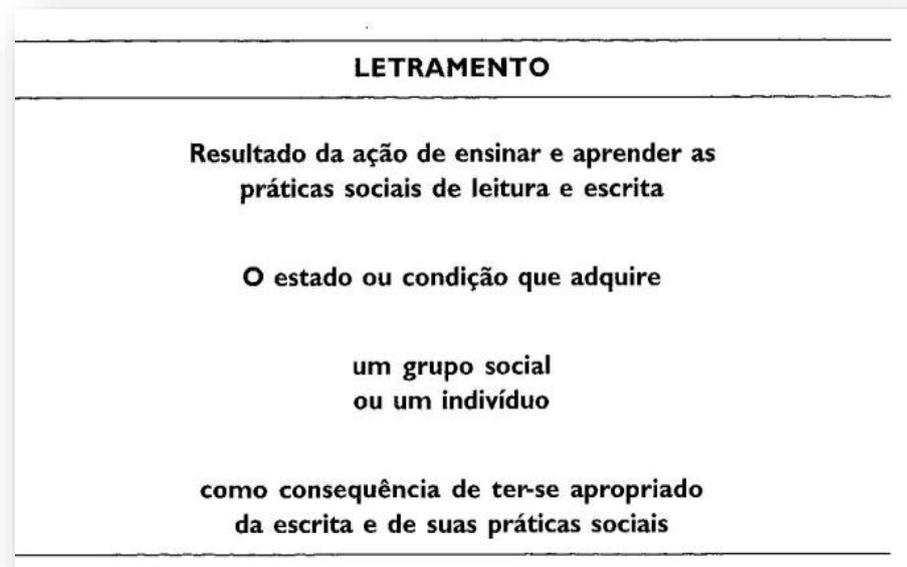
Neste sentido, uma pessoa quando se torna alfabetizada, ela tem acesso a essa tecnologia escrita/leitura, todavia, o indivíduo letrado vive em estado de letramento, ao qual vai muito além de saber ler e escrever. Tem mais a ver com a forma de como esse indivíduo

utiliza essas tecnologias no contexto social, pratica essas tecnologias e, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e escrita.

Assim, uma pessoa letrada que, ao adquirir esse estado e condição do uso de leitura e escrita nos contextos sociais, ela passa a ter outra condição social e cultural, diferente da sua condição anterior quando era analfabeta ou iletrada. Não que o fato a torne alguém com alto nível social e cultural, porém, essa mudança de codificação para apropriação da escrita, o torna um indivíduo de ascensão social, cultural e linguística, mudando seu modo de viver em sociedade.

De acordo Soares (2009, p.39), o conceito de letramento é o resultado da ação de “letrar-se”, se dermos ao verbo “letrar-se” o sentido de “tornar-se letrado”, conforme a definição abaixo da figura 2.

Figura 2 - Definição de “Letramento”



Fonte: SOARES (2009, p. 39).

Então, podemos afirmar que apropriar-se de algo, é bem diferente de compreender sobre algo: aprender uma língua escrita é adquirir uma tecnologia que ao codificar os signos linguísticos, compreende, assimila a decodificar a língua escrita ou falada, já apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade”.

Em função disso, o processo de letramento vai além do processo da mera alfabetização, isto é, da mera capacidade de ler e escrever. Com base nisso, em 1948, escrevia o Vice-diretor geral para a educação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para

Educação, Ciência e Cultura): “Não me lembro de ter feito, antes de 1945, uma única referência ao fato que a metade do mundo era analfabeta”. (UNESCO, 2003, p.8). Com isto, a organização UNESCO foi a pioneira no domínio da promoção do letramento em nível mundial.

[...] letramento era visto predominantemente como as habilidades de leitura, escrita e aritmética [...] fomentar o letramento era uma questão de capacitar os indivíduos a adquirir as habilidades de codificação e decodificação de linguagem na forma escrita. (UNESCO, 2008, p.8-9).

Conforme Lopes (2011), na década de 1970, sob a influência dos tratados e ideias propagados pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, nasce um novo conceito de letramento e que seria adotado pela UNESCO. Dessa maneira, conforme (UNESCO, 2009, p.9), letramento passaria a ser visto como “um processo educacional capaz de ensinar as pessoas a perguntar por que as coisas são como são e a serem capazes de mudá-las de forma autônoma”.

Conforme abordamos anteriormente sobre o conceito do termo “*literacy*” desenvolvido pela autora Soares, é na década de 1960 que os conceitos de *functional literacy* e *functional illiteracy*, se tornariam mundialmente reconhecidos graças às recomendações da UNESCO. A partir desses conceitos apresentados pela autora Soares sobre alfabetizado, podemos compreender que nem sempre alguém alfabetizado domina de fato as tecnologias da fala e escrita. Portanto, o alfabetizado funcional é o ser capaz de envolver-se em todas atividades que o letramento é exigido.

Por isso, o termo letramento recebe novos conceitos conforme a revisão da UNESCO. Em 1997, em “*50 Years of Education*”¹, a UNESCO publica novas diretrizes sobre o letramento, tendo como base os ensinamentos de Paulo Freire que diz que “Letramento não implica apenas a capacidade de lembrar frases, palavras e sílabas, fora de contexto, as coisas mortas ou meio mortas, mas sim ter atitudes criativas e recriadoras. Ele implica a autoaprendizagem que possa levar o indivíduo a intervir em seu próprio ambiente.” (FREIRE, apud UNESCO, 1997, p.121). Já em 2003, no documento “*Literacy, a UNESCO Perspective*”, a UNESCO defende a ideia de que “Letramento é muito mais do que ler e escrever - é sobre como nós nos comunicamos na sociedade. É sobre as práticas e relações sociais, sobre o conhecimento, a linguagem e a cultura.” (UNESCO, 2003, p.9).

Certamente foi necessário este novo foco para a questão de letramento pois, assim como nos países desenvolvidos, no Brasil existia um equívoco sobre a questão de um

¹ “50 anos de Educação” – tradução livre nossa.

indivíduo alfabetizado, em que seu domínio de compreensão linguística se resumia apenas à decodificação de leitura e escrita. Entretanto, este indivíduo não dominava essa habilidade de linguagem nas suas participações comunicativas efetivas nas práticas sociais cotidianas.

Decerto, não há como generalizar e definir o vocábulo letramento de forma abstrata, razão pela qual ele tem sido entendido, mais apropriadamente, como um conjunto de práticas sociais. O letramento está voltado para toda apropriação do indivíduo na decodificação de ler e escrever, ao dominar essas linguagens nos variados eventos de letramentos, nos quais estejam inseridos. Por fim, é necessário que esse sujeito seja exposto a vivenciar variados eventos de letramentos, em espaços e situações diversas, que envolvem a escrita e a leitura, para que possam se inserir de maneira mais significativa nesse mundo letrado.

Portanto, o propósito de evidenciar que o letramento pode ser adquirido de variadas maneiras, sendo ele múltiplo e diversificado. Vários teóricos têm debruçado sobre seu conceito e definição, por se tratar de uma palavra polissêmica, a depender do seu contexto social. Assim podemos chamá-lo de *letramentoS* – no plural e com letra maiúscula – pelo fato de não existir apenas um letramento e sim vários. Como exemplo temos: Letramento Político, Letramento Escolar, Letramento Feminista, Letramento Antirracista, dentre outros. Dependendo das práticas individuais realizadas em grupos sociais específicos, o letramento faz uso da sua natureza pluralista para ser desenvolvido.

2.2 TIPOS E FORMAS DE LETRAMENTO

Passamos agora a discutir algumas das formas de letramento que nos interessam particularmente nesse processo de pesquisa e que podem contribuir para um entendimento ampliado sobre como acontece o letramento de acordo com as necessidades específicas das práticas sociais em que se inserem.

2.2.1 Letramentos sociais

No contexto atual, consideramos relevantes os conhecimentos sobre letramento na sociedade contemporânea. Como vimos, o letramento é um fenômeno social complexo e sua forma se dá através da inserção do sujeito no contexto sociocultural, respeitando a sua história individual, mas apresentando novas perspectivas. Nos eventos de letramentos, a linguagem escrita associa-se a outras linguagens e, juntas estabelecem um elo, sociedade e indivíduo.

Dessa maneira, percebe-se que os processos de letramento, por possuírem um viés social, envolvem aspectos políticos, linguísticos e, portanto, ideológicos. Além disso, o conceito de letramento é multifacetado e complexo, o que pode ser identificado pela diversidade de estudos que se enquadram nesse domínio. Pesquisadores como Brian Street (2014), Bartoni (1994), Soares (2009) e outros têm contribuído para esse crescente interesse nos estudos do letramento, que têm transformado a palavra "letramento" em uma metáfora aplicada em diversas áreas do conhecimento, para designar diferentes aspectos envolvidos nas práticas de leitura e escrita.

Assim, a chave para novas visões do letramento, na opinião de Bartoni (1994, p.4), “estaria em situar a leitura e a escrita em seus contextos sociais. À luz dessa ideia, torna-se fundamental reconhecer, entre outros aspectos, que não há apenas um ‘letramento’ e sim ‘letramentos’”.

Para ilustrar isso, no seu livro “Letramentos Sociais”, Brian Street (2014) afirma que não existe nenhuma cultura que não possua um grau de letramento. Um dos exemplos citados no seu livro é sobre a cultura do povo Islâmico, quando diz: “A sociedade islâmica há um tempo estão habituadas a formas de leitura e escrita associados a textos religiosos e atividades eruditas e comerciais” (STREET, 2014, p.37). Seu intuito é demonstrar, através de suas pesquisas, fundamentadas em outros pesquisadores, que os governos de diversos países no mundo, que tem como foco as campanhas de alfabetização contemplando os analfabetos, em geral têm desprezado esses letramentos locais, aos quais o sujeito está exposto no seu cotidiano social.

Uma noção limitada do letramento visa apenas o indivíduo com habilidade de leitura e escrita, considerados válidos ao ambiente escolar ou profissional. Desconsiderando que os povos locais têm suas próprias formas de letramentos, suas próprias habilidades e convenções de linguagem, assim, suas próprias maneiras de aprender a ler o mundo. Desconsiderando, ainda, as variedades práticas existentes dentro da sociedade, reafirmando apenas o letramento do tipo ocidental para letrar-se um país.

De acordo com Street (2014, p.35), “[...] o letramento é apenas uma das habilidades, como várias outras que se permitem[...]”. Ou seja, um indivíduo pode não ser letrado, mas desenvolver outras habilidades que podem ser trocadas pela capacidade letrada de outra pessoa, para alcançar determinado objetivo, gerando um intercâmbio de práticas e conhecimentos na sua comunidade de falantes. Por essa razão, pesquisadores e profissionais da área falam sobre "letramentos", desconsiderando o "letramento" como único e monolítico, já que, com base na pedagogia Freiriana, toda pessoa tem um certo grau de letramento capaz

de fazer uma leitura do mundo. As pessoas se apropriam de um letramento particular, tornando-se ativas nas suas conversas orais, absorvendo práticas letradas e adquirindo autoconsciência linguística e política na construção do discurso.

A luz dessa ideia, Street (2014) aborda dois modelos das questões que emergem, para o futuro do letramento e para a condição de campanhas de alfabetização/letramento. O modelo autônomo e o modelo ideológico. O autor menciona que o “modelo autônomo, utilizado pelas escolas tende a se basear na mesma forma de letramento do texto dissertativo, uma habilidade individual, restrita a uma prática de escrita, prevalente em uma cultura específica adquirida dentro de um contexto educacional” (STREET, 2014, p.44). Já o modelo ideológico, por outro lado, força a pessoa, segundo o autor, a ficar mais cautelosa com grandes generalizações e pressupostos acalentados acerca do letramento em si mesmo.

Nesse sentido, o modelo autônomo tem como característica o fato de abordar o letramento como uma realização individual, ou seja, o foco concentra-se no indivíduo e não em seu contexto social. Desconsiderando tanto a natureza social do letramento quanto o caráter plural de suas práticas. A proposição do progresso civilizatório como única direção para o desenvolvimento do letramento é problemática. As práticas escolares tendem a considerar as atividades de leitura e escrita como individuais, psicológicas, neutras e universais, independentes dos determinantes culturais e das estruturas de poder que as configuram no contexto social. Esse tipo de abordagem ignora que o letramento é influenciado por fatores sociais, políticos e culturais, como a classe social, a etnia, a religião, a sexualidade e o gênero. Dessa forma, o letramento não pode ser tratado como um processo homogêneo e linear, mas sim como um conjunto de práticas diversas, contextuais e plurais.

Assim, é importante considerar o letramento em sua relação com o contexto social em que é praticado. Uma perspectiva crítica do letramento busca entender como as práticas de leitura e escrita são influenciadas pelas estruturas de poder, buscando evidenciar as desigualdades e as diferenças culturais presentes nos diferentes grupos sociais. Essa abordagem reconhece que as práticas letradas não são neutras, mas estão carregadas de significados e valores culturais, que refletem as relações de poder presentes na sociedade.

Por outro lado, o modelo ideológico “obriga o indivíduo a estar atento às grandes generalizações e pressupostos acerca do letramento ‘em si mesmo’” (STREET, 2014, p.44). Assim, aqueles que adotam esse modelo reconhecem a importância da socialização na construção do letramento. As instituições de ensino concentram-se em práticas sociais específicas de leitura e escrita para seus participantes, levando em conta a relação desses processos com as instituições sociais gerais. Dessa forma, há uma preocupação em promover

a conscientização dos alunos sobre os fatores culturais e políticos que influenciam o desenvolvimento do letramento, a fim de que possam compreender criticamente a natureza dos textos que leem e produzem.

Enfim, o letramento social é voltado para o modelo ideológico, que exige das instituições pedagógicas e dos professores a abertura à racionalidade e à consciência crítica do que ensinam, investigando o papel desse ensino no controle social. Isso inclui os diferentes tipos de letramento praticados na comunidade, em casa e no local de trabalho desses indivíduos, que chegam ao ambiente escolar com diferentes níveis de letramento social.

2.2.2 Letramento político

A noção contemporânea de política, de forma generalizada, a define como meramente o exercício de poder, estando, além disso, vinculada ao Estado e suas esferas administrativas. Porém, Street defende que todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder em uma sociedade. Em relação ao modelo ideológico proposto por Street (2014, p.45) “que oferece uma visão culturalmente sensível das práticas sociais e não apenas uma habilidade técnica e neutra”, os modos como os indivíduos abordam a escrita têm raízes em suas próprias concepções de aprendizagem, identidade e existência pessoal.

Da mesma maneira, Kleiman (2008, p.18), sugere que o letramento é um processo que vai além do ambiente escolar, “envolvendo um conjunto de práticas sociais que fazem uso da escrita como sistema simbólico e tecnologia”. Isso significa que o letramento não se limita apenas ao aprendizado das habilidades básicas de leitura e escrita, mas também envolve o entendimento de como essas habilidades são utilizadas em diferentes contextos sociais e para diferentes objetivos.

Além disso, as práticas de letramento são influenciadas pelas estruturas de poder presentes na sociedade, o que significa que o letramento não é neutro e pode refletir as desigualdades e hierarquias existentes na sociedade. Segundo Cosson, (2010, p.16),

O letramento político pode ser definido como aquele que se processa no contexto da política, ou seja, a habilidade de interação no exercício da cidadania. Considerando que, em uma sociedade letrada como a nossa, não há atividade ou setor social que não seja atravessado pela escrita e outras habilidades comunicativas para interagir com as estruturas de poder político, econômico e social.

Assim, é importante ressaltar que o letramento político não é um ponto estático ou fixo, mas um processo constante de aprendizado e empoderamento. Isso significa que a pessoa politicamente letrada é aquela que consegue se engajar de forma crítica e consciente na esfera pública, utilizando suas habilidades de leitura, escrita e outras formas de comunicação para defender seus direitos e interesses coletivos.

Por outro lado, Silveira (2020) propõe uma discussão sobre letramento político como base conceitual para uma educação linguística de forma decolonial. Essa educação não necessariamente é exclusivamente escolarizada, mas deve ser emancipatória, visando promover a liberdade de grupos sociais historicamente subalternizados e submetidos a diversas formas de violência e preconceitos. Silveira argumenta que “as formas escolarizadas de expressão linguística têm sido supervalorizadas em detrimento de usos linguísticos que permeiam as dinâmicas formativas tanto ‘formais’ quanto ‘informais’, gerando assim um sistema de privilégios e exclusões”. (SILVEIRA, 2020, p.55)

Nesse sentido, Paulo Freire (1987, p.18) também defende a necessidade de uma educação que promova a libertação dos oprimidos, afirmando que "a educação é um ato político" e que a "prática educativa não pode ser neutra". Freire argumenta que o ensino deve ser uma prática dialógica, que leve em consideração a realidade dos alunos e a situação concreta em que eles estão inseridos, permitindo assim que a educação se torne um meio de transformação social.

Essa perspectiva reforça a importância de uma educação que valorize as diversas formas de expressão linguística e que promova o letramento político como um meio de empoderamento dos grupos marginalizados. Ao promover uma educação emancipatória, é possível combater as desigualdades sociais e os preconceitos que permeiam nossa sociedade.

É preciso resistência e reexistência (SOUZA, 2011), já que a escola cada vez mais se torna um espaço de diferentes culturas com as quais ainda não consegue dialogar, mesmo que a necessidade desse diálogo já seja reconhecida, devido a um processo de exclusão que ainda persiste. Existe uma necessidade de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar, considerando a história de um Brasil negro e de um Brasil branco, que, apesar de algumas mudanças, ainda não estão integrados em um só (SOUZA, 2011). Nesse sentido, Souza destaca que, “ao incorporar, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções do que chama de letramento de reexistência”. (SOUZA, 2011, p.36). Desmistificando que a única prática de letramento válida para uso da língua é concedida apenas no letramento escolar.

A citação de Souza enfatiza a importância da resistência e da reexistência como formas de garantir a inclusão de diferentes culturas no contexto escolar. Isso envolve o reconhecimento das desigualdades existentes na sociedade brasileira e a necessidade de superá-las por meio de práticas pedagógicas e curriculares que valorizem a diversidade cultural e a história dos diferentes grupos sociais.

Por fim, Silveira (2020, p.61) defende o trabalho de educação linguística que favoreça o desenvolvimento de um letramento político. Para isso, será preciso buscar outras formas pedagógicas e curriculares mais engajadas com os propósitos desse tipo de letramento, que possam contribuir para a formação de estudantes mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Além disso, é importante ressaltar que a educação linguística desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do letramento político, uma vez que a linguagem é um dos principais meios de expressão e de construção de significados nas relações sociais e políticas.

Portanto, o trabalho de educação linguística deve estar alinhado com a formação de estudantes críticos e conscientes de seu papel na sociedade, buscando desenvolver habilidades e competências que contribuam para o desenvolvimento do letramento político. Isso implica em uma abordagem pedagógica mais engajada e comprometida com os propósitos do letramento político, que vá além da mera transmissão de informações e conhecimentos, e que busque promover a reflexão e a análise crítica dos estudantes diante das questões sociais e políticas que afetam a sociedade.

2.2.3 Letramento feminista

Em primeiro lugar faz necessário definir o conceito de feminismo, o qual norteia nossa pesquisa, com base em bell hooks (2020), no livro “O feminismo é para todo mundo”. Em seu texto, a autora diz que “Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, não sendo. É um movimento anti-homem, como a própria ideia da palavra (feminista) carrega para sociedade, limitada por estereótipos com um peso negativo. Para a autora, o feminismo é, uma política contra uma dominação patriarcal, machista que põe o homem contra mulher, determinando distintas relações de poder através do sexismo. (hooks, 1952, p.13) Além disso, de acordo com hooks, o movimento critica a a-historicidade e uma possível neutralidade das estruturas curriculares, ao denunciar que as mesmas contribuem para a assimetria sexual, e está correto. A educação feminista visa, sobretudo, a constituição

de um currículo inclusivo no qual as relações de gênero não sejam tratadas como têm sido nas práticas pedagógicas.

A autora Chimamanda Ngozi Adichie (2015) compartilha uma experiência de infância vivida durante o período escolar em Nsukka, uma cidade universitária no sudeste da Nigéria. Na ocasião, a sua professora anunciou que haveria uma prova e que o (a) aluno(a) com a nota mais alta seria escolhido(a) como monitor(a) da classe. Em seu relato, Adichie apresenta sua indignação da seguinte forma: “[...] Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta. [...] Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino”. Esse trecho do relato de Adichie exemplifica uma situação em que a questão de gênero se manifesta claramente no ambiente escolar. A escolha do monitor da classe foi baseada apenas no critério de nota mais alta, porém, a professora acabou por selecionar um menino em vez da menina que havia alcançado a melhor nota. Isso evidencia a existência de uma discriminação de gênero sutil e muitas vezes inconsciente que permeia as relações sociais e que pode prejudicar a autoestima e o desempenho das meninas na escola. O letramento feminista propõe a reflexão sobre essas situações, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária em termos de gênero.

Neste quesito, vale destacar alguns conceitos importantes de autoras que dialogam sobre a educação feminista pautada na identidade, classe, raça e gênero. A interseccionalidade é um conceito fundamental para entender a complexidade das experiências vividas por mulheres e meninas em diferentes contextos sociais. Angela Davis é uma das principais referências no estudo da interseccionalidade e, em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, ela aborda a interação das opressões vividas por mulheres negras e trabalhadoras nos Estados Unidos, a partir da análise das relações sociais de gênero, raça e classe.

Segundo Davis (2016), a interseccionalidade é uma abordagem que reconhece que as categorias de gênero, raça e classe social não operam de forma isolada, mas estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente. Ela destaca que: “A interseccionalidade é a compreensão de que as várias formas de opressão, tais como o racismo, o sexismo e a opressão de classe, não se sobrepõem umas às outras, mas se entrelaçam e se reforçam mutuamente” (DAVIS, 2016, p.17).

No âmbito da educação feminista, autoras como bell hooks, Angela Davis e Audre Lorde também trazem reflexões importantes sobre a importância de se considerar a interseccionalidade na construção de uma educação mais igualitária e inclusiva, que reconheça as experiências e os saberes das mulheres em sua diversidade. Dessa forma, a educação feminista deve ser pautada na compreensão das intersecções entre as opressões e as

desigualdades vividas por mulheres de diferentes identidades, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas.

Diante do exposto, a interseccionalidade assume o papel de conceito fundamental para a compreensão das múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. De acordo com Angela Davis (2016), as desigualdades de raça, gênero e classe não se sobrepõem umas às outras, mas se interconectam e se combinam de maneiras complexas. Dessa forma, a luta feminista precisa levar em consideração as diferentes identidades e experiências das mulheres, especialmente das mulheres negras, que enfrentam múltiplas formas de opressão.

Djamila Ribeiro (2017, p.34) concorda com essas questões acrescentando que “Pensar em feminismo negro é uma forma de romper com a cisão criada por uma sociedade desigual” e construir novos marcos civilizatórios que possam nos levar a um novo modelo de sociedade. No livro “O que é lugar de fala?”, a autora reflete sobre as limitações de se falar a partir da posição de mulheres negras, quando essa posição é entendida como algo determinado apenas pela comparação com os homens. Essa perspectiva, segundo Simone de Beauvoir (2009) coloca as mulheres como o “Outro” em relação aos homens, definidas por eles e por suas normas sociais. Grada Kilomba (2012), por sua vez, propõe a ideia de mulher negra como o “outro do Outro”, uma posição que não tem reciprocidade no olhar masculino, colocando as mulheres negras em uma posição de invisibilidade e afeto.

Assim, a luta feminista precisa reconhecer as diferenças e intersecções de gênero, raça e classe, para poder construir um projeto mais amplo de igualdade e justiça social. A promoção de um letramento feminista, dentro desses pensamentos, visa incentivar o autoconhecimento e a resiliência contra os estereótipos de gênero e o sexismo promovidos pelo sistema patriarcal. Educando crianças, jovens e adultos a partir dessa perspectiva, busca-se construir uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com as palavras da feminista Chimamanda (2018), educar com uma visão feminista significa ensinar a criança a valorizar-se pelo que é, sendo fiel a si mesma e aos seus valores. O gênero não deve definir o valor ou o papel de um indivíduo na sociedade, já que ser menina ou menino não diminui a dignidade humana e sua contribuição para a coletividade.

Em suma, para nossa sociedade, a escola assume papel significativo no processo de socialização de crianças, jovens e adultos, sendo fundamental na formação e interação dos indivíduos, possibilitando espaços de convívio coletivo. No entanto, bell hooks (2019) compreende a educação como um meio necessário para a aquisição de uma consciência crítica e uma mudança de condição. Nessa perspectiva, pensando em uma chave freiriana, demonstra

sua preocupação se professores (as) negros (as) estão comprometidos e se valorizam a educação como prática de liberdade, visto que as instituições superiores são formadas a serviço da manutenção da dominação branca.

Nesse sentido, pensar a escola e a educação é pensar um universo de desafios e questionar o conhecimento presente nesse espaço. O conhecimento destinado à escola é, de maneira geral, o de bases científicas. Todavia, nem sempre os alunos e alunas sentem-se contemplados/as em suas demandas de saberes, muitas vezes mostrando-se distantes e alheios/as às temáticas ensinadas em sala de aula. Conforme apontado por Moreira e Candau (2003, p.161), "A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização".

Ainda há muito a ser conquistado na educação formal, especialmente no currículo escolar, no sentido de contemplar a pluralidade e a diversidade de saberes e perspectivas presentes na sociedade. Conforme aponta Tomaz Tadeu da Silva (2001, p.97), "O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero, um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero". Isso significa que o currículo escolar pode reforçar estereótipos e papéis de gênero que são prejudiciais, ao mesmo tempo em que pode deixar de abordar temas importantes e relevantes para as vivências dos estudantes.

É importante que na sala de aula sejam valorizadas e acolhidas as diferentes vozes e perspectivas, pois todos temos um lugar de fala que deve ser respeitado. O letramento está intrinsecamente ligado às práticas sociais, como aponta Terra (2009, p.25), "a constituição de diferentes tipos de letramento está intrinsecamente ligada à inserção do indivíduo em determinadas esferas da atividade humana (família, escola, trabalho, igreja etc.)". Portanto, é fundamental que a escola contemple uma educação intercultural, que valorize a diversidade cultural e a complexidade das relações sociais e identitárias presentes na sociedade.

A literatura, nesse sentido, pode ser vista como uma ferramenta de resistência e transformação social, capaz de desestabilizar as hierarquias de poder presentes na sociedade. Ao ler obras literárias que abordam questões de gênero, raça e classe de forma crítica, os indivíduos podem ampliar sua compreensão sobre as dinâmicas de opressão presentes no mundo e desenvolver uma postura mais crítica e reflexiva em relação a essas questões. Isso vem ao encontro do que afirma Gayatri Chakravorty Spivak (1988), a literatura pode ser vista como uma forma de representação que permite "falar pelos silenciados" e "escutar os subalternos", ou seja, não é simplesmente dar voz aos indivíduos que são marginalizados e invisibilizados na sociedade, porque isso mantém os poderes desiguais praticados, mas saber

ouvi-los e aprender com essas pessoas sobre suas reais necessidades e sonhos. Dessa forma, o letramento feminista pode contribuir para uma educação que promova a igualdade de gênero, a diversidade cultural e a desconstrução das opressões presentes em nossa sociedade.

Precisamos criar nossas filhas e filhos de maneira diferente, rompendo com a definição estreita de masculinidade que limita a humanidade dos meninos em uma jaula resistente. Como afirmou Adichie (2015, p. 41), "o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos". Se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero, seríamos mais livres para sermos quem realmente somos. É importante destacar que gênero e classe são coisas distintas, e mesmo homens pobres ainda possuem privilégios em relação às mulheres.

Nesse sentido, o letramento feminista convida à reflexão sobre a compreensão do sexismo para avançarmos em políticas feministas. Adichie (2015, p.59) argumenta que "feminista é o homem ou a mulher que diz: 'Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar'". Assim, o feminismo trata-se de direitos e não de mulheres raivosas que desejam ser iguais aos homens ou odeiam os homens. O letramento feminista baseia-se em mulheres e homens envolvidos em políticas feministas, capazes de criar uma comunidade amorosa e viver a verdade de que, apesar das diferenças, somos todos iguais na criação.

Em suma, o pensamento da autora nos convoca a reconhecer a importância de se lutar por políticas feministas que questionem e transformem a definição de gênero e masculinidade, abrindo espaço para a expressão plena de todas as identidades de gênero. Essa é uma luta que deve ser travada por todos, homens e mulheres, em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seus membros.

3 CAPÍTULO II: SOBRE UMA PEDAGOGIA FEMINISTA CULTURALMENTE SENSÍVEL

Neste capítulo, vamos explorar a interseção entre a pedagogia feminista e a abordagem culturalmente sensível na sala de aula. A pedagogia feminista busca uma educação que seja inclusiva, equitativa e empoderadora para todas as pessoas, rompendo com as estruturas de poder e opressão presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, a abordagem culturalmente sensível reconhece e valoriza as diversas identidades culturais dos estudantes, promovendo a representatividade e o respeito pela diversidade. Discutiremos o conceito de pedagogia feminista, analisando suas principais teorias e práticas, e exploraremos como essa abordagem pode ser aplicada de forma culturalmente sensível na sala de aula. Além disso, destacaremos a importância do papel do professor de Língua Portuguesa na formação de sujeitos feministas, abordando estratégias e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para promover uma educação igualitária e emancipatória.

3.1 CONCEITO DE PEDAGOGIA FEMINISTA

Em princípio, podemos afirmar que a Pedagogia Feminista, baseada nas ideias de Paulo Freire apresentadas na “Pedagogia da Autonomia” é um tema relevante e atual para a discussão sobre educação e igualdade de gênero. A Pedagogia Feminista surge como uma resposta crítica ao modelo tradicional de ensino que, historicamente, excluiu mulheres e marginalizou suas vozes.

Paulo Freire (1996), enfatiza que a importância da autonomia do sujeito em seu próprio processo de aprendizagem é fundamental para a compreensão da Pedagogia Feminista. Isso porque, segundo Freire, o aprendizado é um processo dialógico em que o educador e o educando participam de forma ativa e igualitária, trocando experiências e conhecimentos. Nesse sentido, a Pedagogia Feminista busca promover a igualdade de gênero no ambiente educacional, criando espaços de diálogo e reflexão sobre as questões de gênero e diversidade. Ela tem como objetivo principal empoderar as mulheres, incentivando a autonomia e a liberdade para que possam se tornar protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para isso, a Pedagogia Feminista, utiliza uma série de estratégias e práticas pedagógicas que buscam desconstruir estereótipos e preconceitos de gênero, promovendo a igualdade entre os gêneros e o respeito à diversidade. Algumas dessas estratégias incluem a

criação de espaços seguros e acolhedores para as mulheres, a promoção de debates e discussões sobre questões de gênero e diversidade, a inclusão de temas relacionados à igualdade de gênero no currículo e a utilização de metodologias ativas que incentivem a participação ativa das estudantes no processo de aprendizagem.

Sob o mesmo ponto de vista, a ativista feminista bell hooks, no seu livro “Ensinando o pensamento crítico” (2010), enfatiza a pedagogia engajada na sala de aula como ponto crucial para um diálogo entre o professor e o estudante. A discussão envolvida nessas práxis engloba toda prática de uma pedagogia feminista democrática libertadora, pois leva professores a irem além de um ensino superficial para chegarem em seus alunos, e sim tornar essa sala de aula uma comunidade de aprendizagem.

Dado que há muito aprendemos que a educação é o único meio eficaz de combater a opressão e o domínio, isso forma a base para todas as outras estratégias hegemônicas coloniais: sexista, racista e classista. A sala de aula ideal deve ser um ambiente de prazer, alegria e entusiasmo, semelhante àquele lugar que desejávamos estar quando éramos crianças. É um espaço onde a professora ou professor acolhe os alunos, proporcionando um ambiente seguro e encorajador. As questões e dúvidas dos estudantes precisam ser valorizadas, respondidas e compartilhadas com toda a classe, sem tentativas de calar ou intimidar os alunos. Esse espaço precisa ser um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, que promove a participação ativa de todos os estudantes e o livre intercâmbio de ideias.

Dessa maneira, quando pensamos em um movimento feminista na sala de aula, compreendemos que "A luta feminista ocorre em qualquer época, onde quer que uma mulher ou um homem se erga contra o sexismo, a exploração sexista e a opressão" (hooks, 2019, p.19). Além disso, a pedagogia feminista, baseada na autonomia como liberdade, tem como alicerce o pensamento como ação, transformando experiências cotidianas em uma teorização do pensamento crítico na construção de perguntas e respostas. É um processo coletivo que envolve minhas próprias experiências e as experiências dos outros, permeando entre a teoria e a prática, e construindo intelectuais interrogadores incansáveis pelo desejo de saber.

Por outro lado, o ato de pensar pode ser perigoso para o sistema patriarcal e elitista. Inicialmente, a criança demonstra entusiasmo com o processo de aprendizagem nos primeiros anos escolares. No entanto, com o passar do tempo, tanto a escola quanto o ambiente familiar deixam de ser espaços de prazer e autodeterminação. Pelo contrário, o índice de evasão escolar no Brasil é alarmante, assim como a opressão familiar enfrentada por esses indivíduos.

De acordo com o módulo Educação da PNAD (Política Nacional de Desenvolvimento da Educação), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (2020), a

transição do ensino fundamental para o médio agrava o problema do abandono escolar. Essa pesquisa traz à tona pela primeira vez dados sobre essa questão. Entre os 50 milhões de jovens brasileiros, com idades entre 14 e 29 anos, constatou-se que 20,2% (ou 10,1 milhões) não concluíram alguma etapa da educação básica, seja por terem abandonado a escola ou por nunca terem frequentado.

Os resultados apresentados também indicam que a transição do ensino fundamental para o médio aumenta o índice de abandono escolar. Aos 15 anos, o percentual de jovens quase duplica em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1% aos 14 anos para 14,1% aos 15 anos. No entanto, os maiores percentuais ocorrem a partir dos 16 anos, alcançando 18,0% aos 19 anos ou mais. Os dados revelam ainda que a necessidade de trabalhar foi a principal razão para os jovens abandonarem a escola ou não a frequentarem, representando 39,1% dos casos. Em seguida, a falta de interesse foi mencionada por 29,2% dos jovens. Quando analisamos separadamente os homens, observamos que 50% deles declararam precisar trabalhar, enquanto 33% citaram falta de interesse. Por outro lado, entre as mulheres, o motivo principal foi a falta de interesse em estudar, com 24,1% das respostas.

Com base nos percentuais abordados pelo IBGE, destaca-se a preocupação expressa pela autora, hooks (2010, p.27), que ressalta como o ato de pensar pode se tornar perigoso para as crianças. Ela argumenta que “a paixão das crianças por pensar muitas vezes se dissipa quando elas se deparam com um mundo que busca educá-las apenas para a conformidade e a obediência”. Essa reflexão ressalta a importância de um ambiente educacional que valorize a liberdade de pensamento e não busque apenas moldar os indivíduos para a conformidade social.

Por mais que a pedagogia bancária “tradicional” seja a base do sistema educacional brasileiro, nossa tentativa é aproximar educadores revolucionários que acreditam em uma sala de aula engajada, com objetivo de educar indivíduos livres a partir das suas peculiaridades, com foco em capacitar humanos a pensar criticamente o mundo em que vive. Sair de um indivíduo passivo e se tornar um indivíduo ativo, capaz de construir em sua história de dor um lugar também de cura, através da sua teorização.

Similarmente, a Pedagogia Feminista e a Pedagogia como Prática de Liberdade, a qual hooks (2013) nos relata, trazem o espaço da sala de aula onde professores e estudantes partilham o desejo de estimular o entusiasmo ao compartilharem suas histórias de vidas e experiências reais, muda todo ponto de inflexão de uma aula tradicional. Ou seja, quando a sala de aula passa ser um local de partilha que todos se sentem livres e importantes para falarem e discutirem seu ponto de vista essa aula sai da curva da educação bancária, o docente

deixa de ser o único responsável pela dinâmica da sala, e aí acontece o esforço coletivo. A valorização e interesse pelo que o outro tem a contribuir, ouvir a voz uns aos outros, reconhecer que todos naquele ambiente é importante para a construção dessa comunidade.

3.2 A PEDAGOGIA CULTURALMENTE SENSÍVEL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE AULA

A diversidade cultural é uma característica intrínseca das sociedades contemporâneas, e as salas de aula não são exceção. Estudantes trazem consigo uma riqueza de experiências culturais, linguísticas e sociais que podem influenciar significativamente seu processo de aprendizagem. Nesse contexto, a Pedagogia Culturalmente Sensível surge como uma abordagem pedagógica que valoriza e incorpora a diversidade cultural dos estudantes. Conforme nomeada por Frederick Erickson (1987) e divulgada pela autora brasileira Stela Maris Bortoni-Ricardo, essa abordagem reconhece a importância da cultura na construção da identidade e no desenvolvimento educacional. A Pedagogia Culturalmente Sensível busca criar um ambiente de ensino inclusivo e equitativo, adaptando práticas pedagógicas para atender às necessidades e experiências culturais dos estudantes, promovendo uma educação mais significativa e relevante. Como descrito por Bortoni-Ricardo:

É objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagens onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador da transmissão do conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhe são familiares (2005, p. 128).

Assim, a Pedagogia Culturalmente Sensível parte do princípio de que a cultura é um componente fundamental da identidade dos estudantes e influencia diretamente a forma como eles aprendem. Ela busca valorizar as experiências dos alunos, adaptando as estratégias de ensino para incluir as culturas dos estudantes na aprendizagem.

Por outro lado, a proposta sociointeracionista ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. O indivíduo forma o conhecimento por meio da interação com outras pessoas, em um processo histórico, cultural e social pelo qual passa durante toda a vida. Conforme fundamentada por Vygotsky (1997), as pessoas só adquirem cultura e linguagem, além de se desenvolverem historicamente e estimularem o raciocínio, se estiverem inseridas em meios sociais, ou seja, se houver interação. Dessa forma, a Sociolinguística

Interacionista propõe que a variação linguística é um fenômeno natural e deve ser estudada em sua relação com os contextos sociais e culturais. A variação linguística não é vista como uma forma errada ou inferior de falar, mas como uma forma de adaptar a fala às diferentes situações sociais.

Assim, a sociolinguística interacionista e a pedagogia culturalmente sensível são duas abordagens teóricas que se complementam no estudo e na prática da educação. Ambas reconhecem a língua como uma prática social moldada pelas interações e pelos contextos culturais em que ocorre. Ao combinar essas abordagens, é possível desenvolver uma pedagogia mais inclusiva e sensível à diversidade cultural, levando em consideração a variação linguística dos alunos em suas interações comunicativas. A prática pedagógica deve valorizar a diversidade cultural e reconhecer a variação linguística como uma forma legítima de expressão e adaptação social. Isso promove um ambiente de aprendizado mais rico e significativo, no qual os estudantes podem se sentir acolhidos e engajados em seu processo educacional.

No livro "A pedagogia da variação linguística na escola", escrito pela autora Lucia Cyranka(2018), juntamente com outros autores que relata suas experiências através de práticas de ensino/aprendizagem, fundamentadas nas duas abordagens teóricas importantes: a Sociointeracionista, que tem um viés enunciativo e discursivo, e concebe a língua como ação social, cuja organização discursiva se dá por meio dos gêneros textuais orais e escritos; e a Sociolinguística da Variação Linguística, que concebe a língua como expressão da cultura.

Dessa forma, nos convida para uma reflexão como essas práticas pedagógicas, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e conectados com a diversidade cultural e linguística do mundo em que vivem. Além, da participação ativa dos alunos na aprendizagem e do reconhecimento da diversidade cultural e linguística em sala de aula.

A implementação dessas abordagens requer uma mudança no paradigma educacional, de forma que os educadores passem a assumir um papel de facilitadores da aprendizagem, em vez de serem os únicos detentores do conhecimento. As aulas tradicionais, em que o professor é o único detentor do conhecimento e os alunos são vistos como meros receptores, não estão em conformidade com as abordagens apresentadas. É importante que os educadores estejam conscientes e sensíveis às questões culturais e linguísticas de seus alunos.

Além disso, é necessário que haja um compromisso institucional em promover uma educação inclusiva e equitativa, que valorize a diversidade e a identidade cultural dos alunos. Conforme fundamentado por Cyranka e Barroso (2018, p.23), a respeito da pedagogia da

variação linguística do português brasileiro: "A pedagogia da variação linguística propõe que as escolas levem os alunos ao domínio das variedades cultas da língua, sem desprestigiar as outras variedades, considerando, para isso, a legitimidade do fenômeno da variação e da mudança".

Essa abordagem procura evitar que a ausência de concordância verbal e nominal na fala de indivíduos que residem em áreas rurais seja considerada um "erro", uma vez que essas variações linguísticas muitas vezes são marginalizadas pelos falantes urbanos. No tópico "Práticas textuais escolares: reflexão e produção", apresentado no livro mencionado anteriormente, a professora de Língua Portuguesa Josélia Resende Thomas compartilha sua prática reflexiva e avalia suas próprias ações por meio de uma pesquisa-ação realizada em sua própria sala de aula. A intenção é verificar se é viável promover a reflexão com os alunos acerca das diferentes formas de utilização da língua nas diversas situações de interação, sem limitar o ensino de língua portuguesa ao conceito de "certo" e "errado" ou à simples repetição ou memorização de termos sem propósito claro e relevante.

Baseada em sua experiência pedagógica em sala de aula, Josélia Resende descreve sua avaliação:

A partir da avaliação de produção de textos desses alunos, foi possível constatar, que embora usuário de uma variedade prestigiada, não dominavam, como é natural, algumas estruturas presente na norma culta escrita do português brasileiro: o verbo haver existencial ("havia pessoas", "tinham pessoas"), pronome pessoal obliquo usado como complemento, pronome pessoal "eu" como sujeito do verbo infinitivo etc. Foi possível constatar também que outras estruturas característica da variedade urbana prestigiada, como a presença da concordância nominal e verbal, já fazia parte do repertório linguístico oral e escrito daqueles educandos (CYRANKA; BARROSO, 2018, p. 80).

Segundo a professora, o propósito era verificar a possibilidade de subverter as práticas convencionais do ensino escolar da linguagem, orientando os alunos a compreender e dominar estruturas linguísticas da modalidade formal e culta da língua em diferentes contextos de interação, tanto na forma oral quanto escrita. Para esse fim, foram procuradas estratégias para implementar uma pedagogia que valorize a variação linguística.

É óbvio que na escola as atividades relacionadas à linguagem devem ser abordadas com o objetivo de incentivar alunos e professores a reconhecerem a relevância do fenômeno da variação linguística. O que importa é que, aos poucos, os alunos desenvolvam habilidades linguísticas para transitar com competência por diversos gêneros textuais, com base em suas experiências de letramento.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA PROFESSORA DE LP NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS FEMINISTAS

A formação de sujeitos feministas é uma questão essencial na luta pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres. Nesse contexto, o papel da professora de Língua Portuguesa (LP) ganha grande relevância, pois a linguagem desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação das desigualdades de gênero. Ao abordar a temática feminista em sala de aula, o professor de LP tem a oportunidade de desconstruir estereótipos, promover a reflexão crítica e contribuir para a formação de indivíduos comprometidos com a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A linguagem reflete e reforça as estruturas sociais existentes, muitas vezes perpetuando estereótipos de gênero e papéis pré-determinados. A professora de Língua Portuguesa desempenha um papel importante ao desconstruir esses estereótipos, promovendo a reflexão crítica sobre as representações de gênero presentes na linguagem. Ao analisar textos literários, propagandas, notícias e outras formas de comunicação, o professor pode mostrar aos estudantes como certas palavras, expressões ou imagens podem reforçar ideias machistas e limitadoras. Conforme descreve Antunes (2003, p.15): "O ensino de língua portuguesa não pode afastar-se desses propósitos cívicos de tornar as pessoas cada vez mais críticas, mais participantes e atuantes, política e socialmente". Dessa forma, a professora deve incentivar os alunos a questionar e a repensar essas representações, desenvolvendo uma visão mais igualitária e inclusiva.

No contexto atual, a escola busca cumprir seu papel de formar cidadãos conscientes e reflexivos, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 22º. "O objetivo da educação básica é proporcionar aos estudantes uma formação comum que seja essencial para o exercício da cidadania, além de fornecer-lhes os meios necessários para progredirem no trabalho e nos estudos futuros".

Considerando que a sociedade passou por transformações e agora valoriza indivíduos questionadores e conscientes de seus direitos e responsabilidades, é fundamental que professores, professoras e todos os envolvidos no ambiente escolar reflitam sobre sua prática e postura em relação aos estudantes. Todos desempenham um papel relevante no processo educacional.

Ao abordar o feminismo em sala de aula, a professora (o) de Língua Portuguesa desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos feministas. Ela (e) não apenas contribui para a desconstrução de estereótipos e a reflexão crítica, mas também ajuda os

alunos a compreenderem as desigualdades de gênero como injustas e prejudiciais para toda a sociedade. Nesse espaço de aprendizado, é essencial promover discussões sobre os papéis de gênero impostos por uma tradição sexista, estimulando os estudantes a questionarem e repensarem esses padrões.

Além da desconstrução dos estereótipos de gênero, a formação de sujeitos feministas na sala de aula também envolve o desenvolvimento da empatia, do respeito à diversidade e da capacidade de reconhecer privilégios. A professora pode incentivar os alunos a refletirem sobre suas próprias atitudes e comportamentos, estimulando a compreensão de como suas ações podem impactar a igualdade de gênero. Ao promover um ambiente inclusivo e respeitoso, o professor cria oportunidades para que os alunos se engajem ativamente na luta pela equidade de gênero.

A professora desempenha um papel fundamental na promoção do aprendizado significativo dos alunos, desenvolvendo suas habilidades linguísticas e textuais por meio de atividades que envolvam provocação, interação, discussão, crítica e análise. Essas habilidades operatórias são essenciais para que os alunos sejam capazes de resolver problemas e criar produtos que tenham relevância nos diferentes contextos em que estão inseridos.

A realização consciente e competente das tarefas de ensino e aprendizagem torna-se, assim fonte de convicções, princípios de ação, que vão regular as ações práticas dos alunos frente a situação postas pela realidade [...] Mostramos, assim, que não há como especificar objetivos imediatos do processo de ensino fora de uma concepção de mundo (LIBÂNIO, 1994, p. 99).

O ensino de língua portuguesa, tradicionalmente, esteve centrado exclusivamente no estudo da gramática normativa e na memorização de regras e conceitos. Por muitos anos, o foco principal era o aprendizado formal da língua, com ênfase na correção gramatical e na norma culta. Esse modelo de ensino priorizava a transmissão de conhecimentos de forma mecânica, desconsiderando a aplicação prática da língua e a relação com a realidade dos alunos.

No entanto, nos últimos anos, houve uma mudança de paradigma no ensino de língua portuguesa. Reconheceu-se a importância de adotar abordagens mais comunicativas, que valorizam não apenas a gramática normativa, mas também as habilidades comunicativas, a compreensão textual e a capacidade de produção de textos significativos.

A abordagem comunicativa busca promover a integração das habilidades linguísticas, como a leitura, a escrita, a audição e a fala, por meio de situações reais de comunicação. O

objetivo é desenvolver a competência comunicativa dos alunos, permitindo que eles se expressem de maneira eficaz e compreendam e interpretem diferentes tipos de textos.

Uma sugestão de leitura na sala de aula é a obra de Chimamanda Ngozi Adichie, conhecida autora nigeriana, que oferece uma perspectiva valiosa sobre o feminismo. A professora de Língua Portuguesa pode incorporar as obras de Adichie ao contexto da sala de aula, explorando temas relevantes do feminismo contemporâneo e estimulando discussões críticas e reflexões sobre questões de gênero, identidade e igualdade.

Uma maneira de trazer a obra de Chimamanda Adichie para a sala de aula é por meio da leitura e análise de seus romances, como "Americanah" (2014). Nessa obra, Adichie aborda temas como a experiência da imigração, a construção da identidade e as complexidades do racismo e do sexismo. A professora pode incentivar os alunos a discutirem como essas questões são retratadas na narrativa, a identificar os estereótipos de gênero presentes e a analisar como as personagens femininas desafiam ou se conformam com essas expectativas.

Além disso, a professora também pode explorar os ensaios de Chimamanda Adichie, como "Sejamos Todos Feministas", que aborda o feminismo de forma clara e acessível. Esse ensaio pode servir como ponto de partida para discussões sobre o conceito de feminismo, a importância da igualdade de gênero e a necessidade de combater o sexismo e a discriminação. Os alunos podem ser incentivados a refletir sobre as experiências pessoais relacionadas a essas questões e a considerar maneiras de promover a igualdade em suas próprias vidas.

Ao trazer Chimamanda Adichie para a sala de aula, a professora de LP tem a oportunidade de enriquecer o currículo, ampliar o repertório literário dos alunos e estimular o pensamento crítico em relação às questões de gênero. As obras de Adichie oferecem perspectivas autênticas e poderosas sobre as experiências das mulheres, promovendo uma compreensão mais profunda e empática do feminismo contemporâneo.

Assim, por meio da leitura de textos literários feministas, como obras de autoras renomadas, o docente pode abordar temas como o patriarcado, a violência de gênero, o direito ao próprio corpo e a representatividade feminina. Essas discussões ajudam os alunos a compreender as diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres e a reconhecer a importância de lutar pela igualdade de direitos.

Além disso, uma sugestão interessante é a inclusão do livro "Feminismos é para Todo Mundo", escrito por bell hooks (2020), como material de estudo na sala de aula. Ao trabalhar com esse livro, a professora oferece aos alunos a oportunidade de compreender e discutir as questões essenciais do feminismo e sua relevância para a sociedade. Essa abordagem

contribui para promover a conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e desenvolver a capacidade de análise crítica das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade.

Nesse sentido, é necessário que os educadores repensem suas abordagens pedagógicas, buscando estimular a capacidade crítica e reflexiva dos alunos. Isso implica em criar um ambiente de aprendizagem que valorize o diálogo, o questionamento e a participação ativa dos estudantes, ao contrário do que bell hooks (2019, p.22) relata sobre sua experiência com seus professores ao ingressar na universidade: "Quando cheguei à faculdade, fiquei realmente abismada ao encontrar professores que pareciam ter como principal fonte de prazer na sala de aula o exercício do poder autoritário, esmagando nossos espíritos e desumanizando nossa mente e nosso corpo". As professoras devem estar abertas a ouvir as vozes dos alunos, respeitar suas individualidades e promover a autonomia e o pensamento crítico.

Conforme destacado por Paulo Freire, renomado educador brasileiro, "A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo." (FREIRE, 1987, p.87). Essa citação reflete a importância da professora de Língua Portuguesa em sua função transformadora na vida dos alunos. Ele não apenas ensina o idioma, mas também contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e se expressar de forma consciente, além de serem agentes de transformação na sociedade.

Em suma, a professora de Língua Portuguesa desempenha um papel crucial na formação dos alunos, possibilitando o acesso ao conhecimento, a reflexão sobre a linguagem e a construção de uma visão crítica e consciente do mundo. Ela é uma agente transformadora, capaz de impactar positivamente a vida dos estudantes e prepará-los para serem cidadãos participativos e atuantes na sociedade.

4 CAPÍTULO III: ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS (ENSINO MÉDIO) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

O presente capítulo destina-se a focar na análise dos materiais didáticos utilizados no Ensino Médio pela Secretaria de Educação da Bahia, reconhecendo o papel fundamental que sua qualidade e eficácia desempenham na formação educacional dos estudantes. Esses materiais têm uma influência direta na construção do conhecimento e no desenvolvimento das habilidades necessárias para o mundo contemporâneo.

Neste capítulo, exploraremos três aspectos cruciais relacionados aos materiais didáticos no contexto do Ensino Médio. Primeiramente, investigaremos os fundamentos do letramento feminista presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento orientador que estabelece as competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de sua escolaridade. Analisaremos como os materiais didáticos utilizados pelo Ensino Médio na Bahia abordam os princípios do letramento feminista, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e a valorização da diversidade.

Em seguida, abordaremos o Currículo Escolar, que é a base para o planejamento e a organização das práticas pedagógicas. Compreenderemos como o currículo adotado pela Secretaria de Educação da Bahia é estruturado e como isso influencia a seleção e a utilização dos materiais didáticos no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, direcionaremos nossa atenção aos livros didáticos e paradidáticos utilizados nas aulas de Língua Portuguesa. Esses recursos são fundamentais para o ensino da disciplina, fornecendo conteúdos, atividades e propostas que auxiliam os estudantes no desenvolvimento de suas habilidades linguísticas e literárias. Analisaremos a adequação desses materiais em relação às diretrizes curriculares e às necessidades dos estudantes.

Ao examinarmos esses elementos, nosso objetivo é compreender como os materiais didáticos adotados pela Secretaria de Educação da Bahia no Ensino Médio estão alinhados com os objetivos educacionais e promovem uma educação inclusiva, crítica e emancipatória. Essa análise será fundamental para identificar pontos fortes, desafios e possíveis melhorias na seleção e no uso dos materiais didáticos, sempre visando a qualidade do ensino e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

4.1 ANÁLISE DA BNCC: FUNDAMENTOS SOBRE O LETRAMENTO FEMINISTA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento orientador que estabelece os objetivos de aprendizagem para a Educação Básica no Brasil. Além disso, a BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, garantindo assim seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, p.6).

Ao adotar uma abordagem fundamentada no desenvolvimento de competências, a BNCC destaca a importância das decisões pedagógicas estarem voltadas para o aprimoramento dessas competências. Através da definição clara do que os alunos devem "saber" (envolvendo conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, principalmente, do que devem "saber fazer" (mobilizando esses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para enfrentar desafios complexos da vida cotidiana, exercer plena cidadania e ingressar no mundo do trabalho), a explicitação das competências fornece diretrizes para fortalecer ações que garantam a aquisição das aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC (BNCC, p.13).

Embora a BNCC não mencione diretamente o termo "letramento feminista", ela possui fundamentos que podem ser relacionados a essa abordagem. O letramento feminista busca promover uma compreensão crítica sobre questões de gênero, valorizando a igualdade entre homens e mulheres e desconstruindo estereótipos e desigualdades de gênero. É uma perspectiva que reconhece a importância do acesso, do empoderamento e da representatividade das mulheres em diferentes esferas da sociedade.

Dentro da BNCC, encontramos diretrizes que podem ser relacionadas ao letramento feminista. Vejamos esses fundamentos propostos pela mesma. É fundamental desenvolver um currículo e propostas pedagógicas que abordem a diversidade cultural, respeitem a igualdade e promovam a equidade, levando em consideração as identidades dos estudantes. Conforme destacado na BNCC, "os sistemas educacionais e as escolas devem criar currículos e propostas pedagógicas que atendam às necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, levando em conta sua diversidade linguística, étnica e cultural" (BNCC, p.14).

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de

aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, p.14).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é destacada a importância da valorização da diversidade e do respeito à igualdade de gênero. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.21), "é necessário superar estereótipos, preconceitos e qualquer forma de discriminação, valorizando a equidade de gênero e garantindo a todas as pessoas oportunidades educacionais justas e inclusivas".

A BNCC também ressalta a promoção da reflexão crítica sobre a sociedade, visando desconstruir concepções limitadas de gênero e refletir sobre as desigualdades existentes. Conforme citado pela BNCC (BRASIL, 2017, p.21), é essencial desenvolver nos estudantes "a capacidade de análise e reflexão crítica sobre a realidade, de modo a questionar-se e a questionar os diferentes sentidos produzidos nas diversas esferas da vida social".

Além disso, a BNCC enfatiza o fomento da participação e protagonismo dos estudantes, proporcionando espaços de diálogo e participação ativa. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p.23), é necessário "valorizar as diversas formas de participação dos estudantes, incluindo o seu protagonismo na produção de conhecimento, nas práticas de cuidado de si, dos outros e do ambiente".

É importante ressaltar que a BNCC é um documento amplo e que a abordagem do letramento feminista pode ser desenvolvida de maneira transversal, integrada a diferentes componentes curriculares, como Língua Portuguesa, História, Sociologia, entre outros.

Através da reflexão crítica sobre a sociedade, os estudantes são estimulados a questionar concepções limitadas de gênero e refletir sobre as desigualdades existentes. Isso contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer e combater as injustiças de gênero presentes na sociedade.

Portanto, embora o "letramento feminista" não seja explicitamente abordado na BNCC, é importante reconhecer que seus fundamentos fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a igualdade de gênero e a conscientização sobre as questões de gênero na sala de aula. Os educadores têm a responsabilidade de explorar esses elementos de forma consciente e intencional, incorporando a perspectiva do letramento feminista em sua abordagem educacional. Assim, poderemos caminhar em direção a uma educação mais inclusiva, igualitária e transformadora.

4.2 CURRÍCULO ESCOLAR

O Currículo Escolar é um fator essencial no processo educacional, pois define os objetivos, saberes, estratégias, métodos de ensino que serão abordados nas diferentes etapas da formação dos estudantes. Ele desempenha um papel fundamental na definição das práticas pedagógicas e na seleção dos materiais didáticos utilizados em sala de aula, exatamente por ser um mobilizador de ideologias acerca da educação proposta para a formação humana pretendida. Segundo Sacristán (2000), o currículo escolar é entendido como um processo de seleção cultural que visa transmitir conhecimentos e valores considerados relevantes para a formação dos estudantes. É por meio do currículo que se estabelecem as diretrizes e os critérios que orientam a escolha e o uso dos materiais didáticos no ambiente educacional.

A Secretaria de Educação da Bahia, ao desenvolver seu currículo escolar para o Ensino Médio, “busca proporcionar uma formação integral e contextualizada, que promova o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e éticas nos estudantes”. (BAHIA, 2018, p.12). Dessa forma, o currículo assume um papel central na definição das áreas do conhecimento, das habilidades e das competências que serão desenvolvidas ao longo dessa etapa educacional. Conforme dito por Sacristán (2000), a importância do currículo reside nesse processo seletivo que reflete as escolhas ideológicas, culturais e educacionais da sociedade. Ao embasar-se em teorias e pesquisas, a Secretaria de Educação da Bahia busca fornecer um currículo pertinente, relevante e que atenda às demandas educacionais do século XXI.

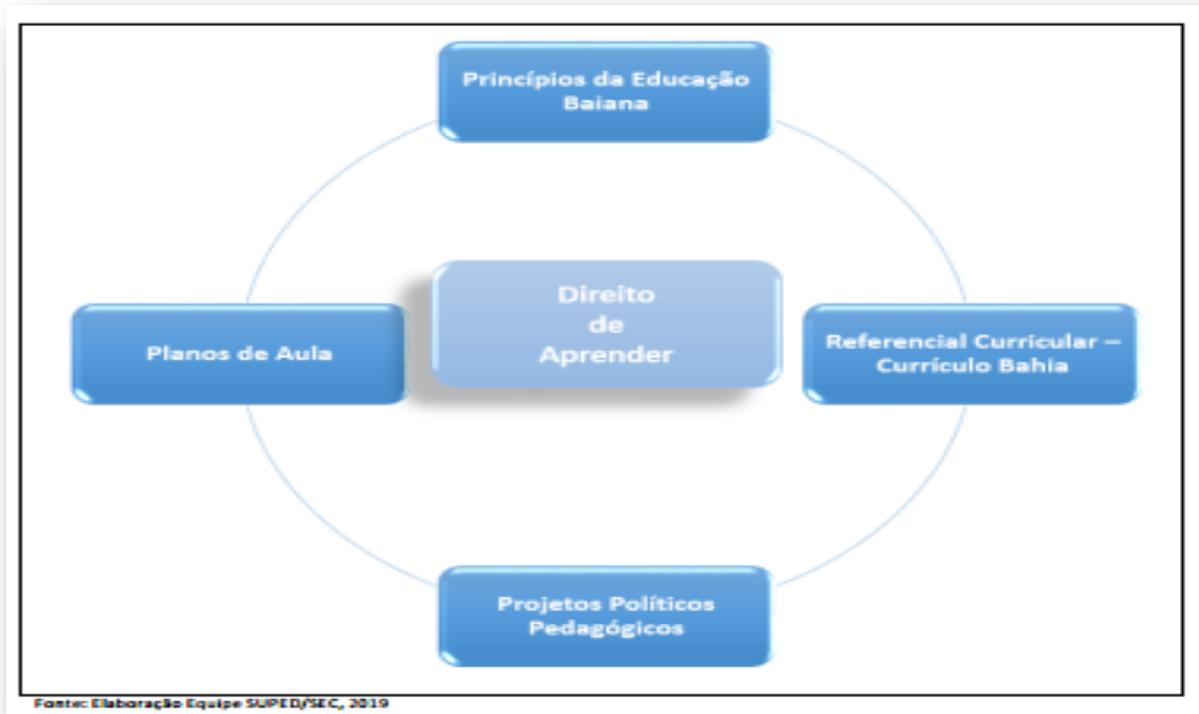
O Estado da Bahia organiza-se em 417 municípios e 27 Territórios de Identidade. De acordo com os Territórios, é por meio da escola (e dos gestores públicos) que se cria um ambiente de cooperação entre os atores sociais, além de potencializar as diversas dinâmicas sociais e econômicas em curso em um determinado território. Isso ocorre ao articular, a partir de um mesmo referencial de desenvolvimento das aprendizagens, iniciativas locais que sejam legitimadas. Conforme aponta o referencial curricular (BAHIA, 2018, p.21).

Uma educação contextualizada no território nos convoca a olhar para as singularidades e as pluralidades dos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia, na tentativa de oferecer aos sujeitos centrais da Educação, os estudantes, percursos de formação escolar que dialoguem com o cotidiano e o desenvolvimento dos projetos de vida. Assim, a escola não deve perder de vista a potência do território na construção de identidades situado no tempo-espço concreto, como elemento constitutivo das práticas e da cultura humana. (BAHIA, 2018, p.23).

A análise crítica do currículo escolar adotado pela Secretaria de Educação da Bahia é essencial para identificar a coerência entre os objetivos propostos, os conteúdos abordados e os materiais didáticos selecionados. Isso permite uma reflexão aprofundada sobre a formação oferecida aos estudantes e contribui para uma educação de qualidade e equitativa. A seleção criteriosa dos materiais didáticos considera a sua qualidade, atualização, diversidade de perspectivas, adequação ao nível de ensino e às características dos estudantes. Eles devem ser ferramentas que auxiliem os professores no processo de ensino, proporcionando recursos e atividades que estimulem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no currículo.

Dessa forma, compreender como o currículo adotado pela Secretaria de Educação da Bahia é estruturado é fundamental para entender como ocorre a seleção e a utilização dos materiais didáticos. Referencial Curricular - Currículo Bahia busca assegurar a autonomia da escola ao caracterizar seu “lugar”, tomando-a como sujeito político, como autora de decisões. A análise dessa relação entre currículo e materiais didáticos permite identificar possíveis lacunas, desafios e oportunidades de aprimoramento, visando sempre garantir uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos estudantes e promova o seu pleno desenvolvimento.

Portanto, é fundamental compreender como se estrutura esse ciclo que permeia todas as subáreas do processo de construção do ensino/aprendizagem, visando fundamentar e aplicar um dos princípios básicos da nossa Constituição Federal: a educação. É imprescindível considerar estudante como protagonista nessa construção, colocando o "Direito de Aprender" no centro principal. Vejamos a seguir.

Figura 3 - Estrutura do currículo da Bahia

Fonte: Documento Curricular Referencial da Bahia (2018, p. 11).

A estrutura curricular da Bahia, conforme demonstra a figura 3, é fundamentada nos princípios educacionais descritos no Referencial Curricular - Currículo Bahia, conforme exposto a seguir:

Currículo Bahia tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes do território estadual, em toda a Educação Básica. Ele se concretizará por meio de sua complementação com os Currículos Escolares e os Planos de Ensino, no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e, também, nas relações entre educadores e estudantes que devem comprometer-se com a aprendizagem como direito do sujeito e dever legal e social de todos. (BAHIA, 2018, p.11)

O Referencial Curricular, conforme o documento Bahia (2018, p.25), busca estabelecer um conjunto de diretrizes e orientações para o desenvolvimento do currículo nas escolas da Bahia, com o objetivo de promover uma educação de qualidade e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma formação integral. Ele se baseia nos princípios da equidade, da diversidade, da inclusão e do respeito aos direitos humanos. Dessa forma, o Referencial Curricular orienta a elaboração dos currículos escolares, que devem ser construídos de forma flexível e contextualizada, considerando as especificidades de cada

escola e de cada estudante. Além disso, ele destaca a importância dos Planos de Ensino, que detalham os conteúdos, os objetivos e as estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas em cada disciplina.

O Referencial Curricular Bahia (2018, p.12), também ressalta a importância dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, que são instrumentos de gestão que devem refletir os princípios e as diretrizes educacionais estabelecidos. O PPP é elaborado de forma participativa, envolvendo toda a comunidade escolar, e busca orientar a prática pedagógica, a organização curricular e as ações desenvolvidas na escola. Sendo assim, a escola desempenha um papel fundamental na constituição de sujeitos, pois é nesse ambiente que ocorrem processos de socialização, formação de identidade e desenvolvimento pessoal dos indivíduos. Ela proporciona um espaço de interação social e aprendizagem, onde os estudantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades e valores essenciais para sua formação integral.

Através da educação, a escola contribui para a construção da identidade dos estudantes, promovendo o desenvolvimento de sua autoestima, autoconfiança e senso de pertencimento. Ela oferece experiências educativas que valorizam a diversidade, estimulam o respeito mútuo e proporcionam oportunidades de expressão e participação ativa dos estudantes. Além de desempenhar um papel importante na promoção de valores e atitudes que são essenciais para uma convivência harmoniosa e democrática, ela contribui para a formação de sujeitos críticos, éticos e responsáveis, capazes de compreender e respeitar os direitos humanos, a diversidade cultural e as questões sociais. (BAHIA, 2018, p.55).

A Bahia é, reconhecidamente, um celeiro cultural importante, principalmente no cenário musical e literário brasileiro. A diversidade de ritmos, letras e temas do nosso cancionário e da nossa arte literária, promove reflexões identitárias importantes, haja vista nossa constituição histórica permeada pela mistura de povos, etnias e crenças. A diversidade sociocultural e econômica, principalmente do nosso estado, apresenta contextos heterogêneos que exigem do professor um olhar inquieto e mobilizador de reflexões linguísticas importantes para o cotidiano dos estudantes, que vivenciam modos de vida diferentes, como, por exemplo, o urbano e rural. Isso se torna importante, uma vez que agropecuária é uma das atividades mais significativas da economia do estado. Assim, essa, por exemplo, é fator relevante por unir universos linguísticos e vocabulares significativos para a ambientação da língua. “Nesse sentido, deve-se contextualizar o estudo da língua a partir das situações comunicacionais que ocorrem nesses ambientes, como por exemplo: feiras agropecuárias, vaquejadas, feiras livres, festejos

religiosos associados na padroeiros e períodos de plantio e colheitas, quermesses, que marcam o universo de boa parte dos interiores baianos”. Bahia (2018, p.119).

Podemos observar, ainda, que o Currículo da Bahia reconhece a importância dos processos de letramento para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos indivíduos. Um ensino eficaz do letramento requer abordagens diversificadas, que considerem as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes, promovam a interação social e a reflexão crítica, e ofereçam oportunidades de prática e aplicação dos conhecimentos em diferentes contextos.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.128), a Pedagogia Culturalmente Sensível tem como objetivo criar ambientes de aprendizagem em sala de aula onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Além disso, é importante ressaltar que, no processo de alfabetização e letramento, existem diferentes modalidades de educação, que se referem à forma como um curso é disponibilizado aos alunos. Além das modalidades, também é relevante considerar os "Temas Integradores do Currículo do estado da Bahia", sendo um deles a "Educação para a Diversidade". O texto inicia com o seguinte trecho: "O presente texto é um convite aos profissionais da educação para uma reflexão sobre o Tema Integrador, Educação para a Diversidade. A diversidade é uma presença marcante nas práticas e ambientes sociais, principalmente na contemporaneidade, e não é diferente nos territórios escolares" Bahia (2018, p.53). É importante destacar que a educação para a diversidade é indissociável da educação, conforme adverte Costa.

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais (COSTA, 2014, p. 5).

Conforme a diversidade dos grupos humanos e do multiculturalismo na Bahia, o Currículo Bahia tem como objetivo auxiliar a comunidade escolar na desconstrução de preconceitos, atitudes, valores e práticas sociais discriminatórias e estereotipadas, por meio da Educação das Relações de Gênero e Sexualidade e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Um subtema importante que embasa a abordagem da pedagogia feminista neste trabalho é a "Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade". Embora não se utilize explicitamente o termo "letramento feminista", essa abordagem caminha em direção à pedagogia feminista que estamos explorando. Nesse subtema o Currículo Bahia fundamenta

os papéis de gênero ou estereótipos de gênero. Na segunda metade do século XX, os estudos das Ciências Sociais instituíram outro conceito importante, o de papéis de gênero ou estereótipos de gênero, para circunscrever o conjunto de representações, posições e valores culturalmente atribuídos à mulher e ao homem, reforçando o ideal de sociedade que favorece marcos de uma tradição patriarcal que, até então, vem predominando em boa parte do mundo ocidental”, Bahia (2018, p.56).

Diante do exposto, os currículos escolares e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino, devem considerar as diversidades sexuais presentes nas representações e relações sociais existentes na escola. Bahia (2018, p. 57)

Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades sexuais ou de gênero. Bahia (2018, p. 57)

Quando os currículos não abordam as temáticas da Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade e não promovem o diálogo entre os sujeitos, as práticas de negação em relação às pessoas consideradas "diferentes" são fortalecidas. Isso ocorre porque a falta de preparação e empoderamento dos estudantes para lidar com essas questões tanto dentro como fora do ambiente escolar é evidente. Ao negligenciar o ensino dessas temáticas, os currículos deixam de oferecer oportunidades para que os estudantes compreendam, respeitem e promovam a diversidade de gênero e sexualidade. Isso pode resultar em estigmas, preconceitos e discriminação, prejudicando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Juntamente com a Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, o letramento feminista desempenha um papel importante no diálogo curricular. O letramento feminista busca promover a conscientização e o empoderamento das mulheres, desafiando as normas de gênero e combatendo as desigualdades e discriminações baseadas no gênero. Ao incorporar o letramento feminista nos currículos escolares, proporcionamos aos estudantes uma compreensão crítica das questões de gênero, enfatizando a importância da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente do gênero. Isso envolve questionar estereótipos de gênero, examinar as construções sociais e culturais relacionadas à

feminilidade e masculinidade, e promover a valorização e o respeito pela diversidade de identidades de gênero.

O letramento feminista também envolve a análise crítica de textos e discursos, incluindo a literatura e outras formas de expressão cultural, para identificar e desafiar representações e narrativas sexistas e opressivas. É importante destacar como a disciplina de Língua Portuguesa tem destaque no currículo escolar. Um exemplo é a relevância das feiras livres, que ocorrem semanalmente nos municípios do interior baiano, proporcionando encontros significativos entre pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias. Essas feiras permitem a circulação de uma diversidade de formas de linguagem e gêneros textuais. Podemos observar a presença de receitas, cantorias, literatura oral e popular, diálogos, listas de compras, cardápios, panfletos, propagandas, jornais impressos locais, entre outros. Nesse contexto, o ensino da língua portuguesa adota uma perspectiva enunciativo-discursiva, entendendo que a linguagem ocorre em ações interindividuais orientadas para propósitos específicos, visando atender às interações sociais existentes.

Dessa forma, a disciplina de Língua Portuguesa ocupa um lugar de destaque no currículo brasileiro, uma vez que as demandas das situações sociais da esfera pública exigem dos indivíduos não apenas uma formação ética, mas também o desenvolvimento de competências, estratégias e habilidades nas dimensões oral (fala e escuta), leitora e escrita. Mudar o foco para o desenvolvimento de competências e habilidades implica, além de uma mudança de postura por parte da escola, um trabalho pedagógico integrado no qual se definam as responsabilidades de cada professor nessa tarefa. Bahia (2018, p.119).

É importante destacar que o letramento feminista não se limita apenas à disciplina de Língua Portuguesa. Pode ser integrado de forma transversal em diversas áreas do currículo, como História, Ciências Sociais e Educação Artística, por exemplo. Dessa forma, a escola pode oferecer uma educação mais abrangente e comprometida com a igualdade de gênero. Sabemos que a instituição “escolar” regular é fiel e reprodutora da ideologia machista eurocêntrica, assim o currículo escolar, longe de ser um conjunto imparcial de conteúdo, é um documento político que reflete e reforça práticas de segregação, preconceito e exclusão. Isso significa que o currículo não é neutro, mas sim influenciado por ideologias e poderes que moldam as práticas educacionais e perpetuam desigualdades. Conforme fundamenta Tomaz Tadeu da Silva (2001, p.97): “O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero, um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero”.

Ao dizer que o currículo é um “artefato de gênero”, Silva enfatiza que ele não é apenas uma lista objetiva de conhecimentos, mas também uma estrutura culturalmente construída que

reflete e produz determinadas formas de entender e praticar a masculinidade e a feminilidade. O currículo, portanto, não é apenas uma transmissão de conhecimentos neutros, mas também um veículo para a construção e reprodução de normas e expectativas de gênero. Portanto, é importante destacar a importância de uma análise crítica do currículo, levando em consideração como as representações de gênero são construídas e transmitidas nos conteúdos escolares. É necessário desconstruir o modelo único de educação existente, questionar e transformar as relações de poder e as desigualdades de gênero presentes no currículo, visando promover uma educação mais inclusiva, equitativa e consciente das questões de gênero.

A professora desempenha um papel fundamental como agente de transformação, tendo o poder de influenciar positivamente os estudantes, proporcionando-lhes uma educação que os capacite a compreender e questionar as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Ao abordar o letramento feminista, a professora contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de promover a igualdade de gênero e a justiça social em suas vidas e comunidades. Como Werneck descreve sobre motivação:

A motivação é uma disposição que ocorre dentro da liberdade de cada indivíduo. Mostrar a beleza de uma determinada disciplina e atribuir novos significados aos conhecimentos parece ser a melhor maneira de motivar alguém a responder de forma positiva aos incentivos apresentados (WERNECK, 2008, p. 23).

Por fim, o documento destaca a responsabilidade dos educadores e dos estudantes na garantia do direito à aprendizagem. Os educadores devem comprometer-se com o desenvolvimento dos estudantes, proporcionando um ambiente propício ao aprendizado, enquanto os estudantes têm o dever de se engajar nas atividades escolares e buscar o conhecimento.

4.3 LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS PARA AULAS DE LP

Para cumprimento dos objetivos desse trabalho, o letramento feminista é um importante aspecto a ser considerado na análise dos materiais didáticos produzidos pela Secretaria de Educação da Bahia. Analisamos a produção didática para o Ensino Médio, nas ações realizadas durante os anos letivos de 2020 e 2021, em meio à pandemia de COVID-19. Nesse contexto, foi necessário investigar como esses materiais abordam e promovem o letramento feminista, que busca promover a equidade de gênero, questionar estereótipos,

valorizar as vozes e experiências das mulheres e combater as desigualdades de gênero presentes na sociedade.

Durante muito tempo, as mulheres representadas no livro didático foram majoritariamente ligadas ao trabalho doméstico e ao papel de mãe, sendo importantes apenas para educação dos filhos, o cuidado com a casa e a disponibilidade para o marido (SANTOS, 2014). Por isso, tornar-se torna-se necessário o tema proposto deste estudo que se debruça em analisar os materiais didáticos, sendo fundamental observar se eles contemplam a perspectiva feminista em sua abordagem dos conteúdos de língua portuguesa. Isso inclui examinar como são representadas as mulheres na literatura e nos textos selecionados, se há uma discussão crítica sobre os papéis de gênero e estereótipos presentes na linguagem, e se são oferecidas oportunidades para os estudantes refletirem sobre questões de desigualdade e opressão de gênero.

Essa identificação e análise crítica são fundamentais diante das vivências em sala de aula, pois busca-se um ambiente formador, humano e cidadão. Essa abordagem mais inclusiva permite que os estudantes, independentemente de seu gênero, se identifiquem com uma variedade de modelos de sucesso e sejam encorajados a buscar seus interesses e aspirações, sem limitações impostas por estereótipos de gênero. Além disso, ela contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual homens e mulheres possam participar plenamente e colaborar na construção de um futuro comum.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação da Bahia disponibiliza para a comunidade educacional os Cadernos de Apoio à Aprendizagem, um material pedagógico elaborado por dezenas de professoras e professores da rede estadual durante o período de suspensão das aulas. De acordo com a Secretaria, “Os Cadernos são uma parte importante da estratégia de retomada das atividades letivas, pois facilitam a conciliação dos tempos e espaços, articulados a outras ações pedagógicas destinadas a apoiar docentes e estudantes.” (BAHIA, 2020, p.3).

Segundo uma reportagem do jornal “A Tarde”, publicada em 20 de julho de 2021, os Cadernos de Apoio à Aprendizagem foram elaborados por professores da rede estadual de ensino durante a suspensão das aulas devido à pandemia do Coronavírus. Esses cadernos têm sido utilizados como um material pedagógico estratégico para a realização das atividades escolares, buscando conciliar os tempos e espaços. Foram planejados e produzidos em nove etapas, com uma sequência de atividades baseada nas competências e habilidades dos estudantes.

De acordo com a superintendente de Políticas para a Educação Básica da SEC, Manuelita Brito, o material didático sugerido faz parte de uma série de recursos educacionais

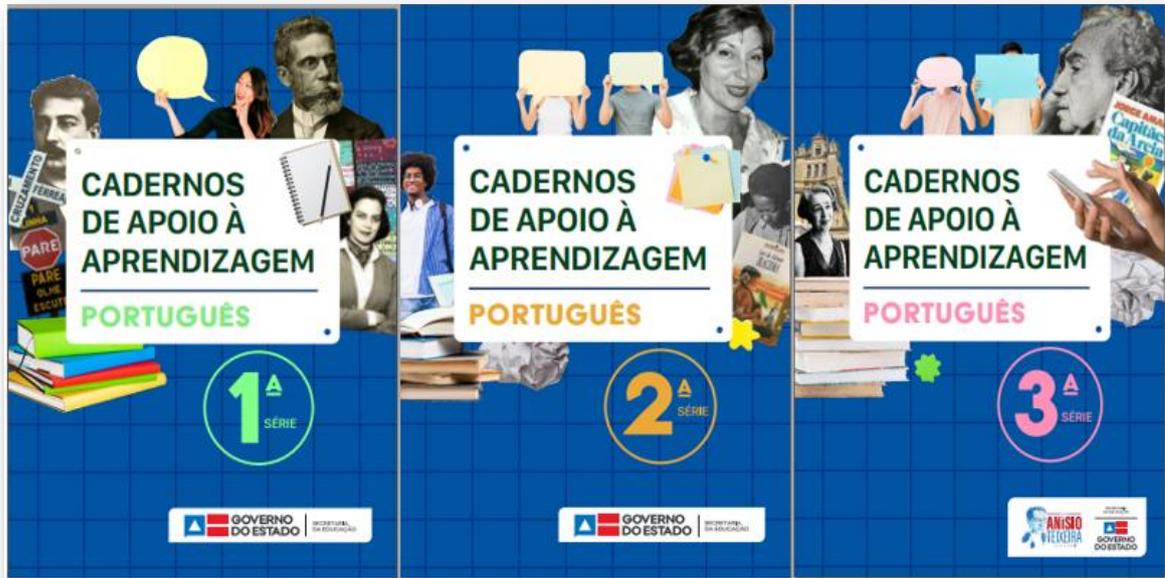
elaborados pela SEC. O objetivo é atender a estudantes com diferentes perfis de acessibilidade tecnológica, incluindo aqueles que não possuem acesso à internet, ao longo das aulas remotas do ano letivo contínuo 2020/2021.

Ainda segundo a superintendente, os Cadernos de Apoio à Aprendizagem “são um dos recursos pedagógicos mais importantes que a Bahia já produziu, porque auxiliam professores e estudantes na organização curricular, propondo sequências didáticas alinhadas aos novos currículos” (A TARDE, 2021, p.1), outro aspecto importante, destaca, se refere ao fato de que os objetos de conhecimento são apresentados por meio de Trilhas de Aprendizagem, visando a valorização da interação professor-aluno e da autonomia estudantil. “São produções de autoria dos professores da própria rede estadual e, portanto, tem a dupla característica de dialogar com um educador ‘de carne e osso’ e trazer o olhar e a vivência deles para esse material de apoio” (A TARDE, 2021, p.1).

No decorrer da pesquisa, foram examinados os cadernos das três séries do ensino médio, totalizando 360 páginas, em relação às suas abordagens, conteúdos, exercícios, exemplos e atividades propostas na disciplina de Língua Portuguesa. Verificou-se se eles contemplam a diversidade e promovem reflexões sobre questões sociais relevantes, como racismo, sexismo, desigualdade de classe, entre outras. Além disso, analisou-se como os materiais incentivam a participação ativa dos estudantes, o respeito à pluralidade de vozes e a construção coletiva do conhecimento.

Vejamos, a seguir, a capa dos cadernos de apoio à aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa das séries do Ensino Médio, 1^a, 2^a e 3^a, que compõem a análise desse estudo, juntamente com todas as unidades 1, 2 e 3. Podemos perceber que as capas apresentam grandes nomes da literatura brasileira, inclusive mulheres que fazem parte do cânone da nossa literatura e da música, reforçando a diversidade e representatividade. Nós nos perguntamos se essa realidade se aplica aos conteúdos abordados nesse material didático. Vamos analisar as demais imagens e conteúdos a seguir para descobrir.

Figura 4 - Capa – Cadernos de apoio à aprendizagem - Português



Fonte: Secretaria da Educação (2021).

No entanto, é encorajador saber que as capas dos cadernos apresentam grandes nomes da literatura brasileira, incluindo mulheres que são parte do cânone literário nacional, como Clarice Lispector. Isso demonstra um esforço para valorizar a contribuição e o legado das escritoras brasileiras, além de promover uma representação mais equilibrada de gênero nas obras estudadas.

Outra mulher que se destaca é a escritora negra brasileira Carolina Maria de Jesus, cujo trabalho ganhou destaque com a publicação do livro "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" em 1960. Sua obra retrata seu cotidiano como moradora de uma favela em São Paulo, trazendo à tona as dificuldades e desigualdades sociais enfrentadas por ela e sua comunidade.

Entretanto, ao observar a figura 5 abaixo, retirada do material, que representa essa escritora negra contemporânea, é válido notar a inclusão e a representatividade dessa autora. Porém, podemos notar que nessa abordagem não se faz referência a nenhum dos seus poemas ou obras.

Figura 5 - Escritora Carolina Maria de Jesus


No primeiro exemplo, a expressão “maus lençóis” não pode ser interpretada de forma literal, com se, de fato, a personagem estivesse deitada sobre um lençol de má qualidade; a expressão está empregada em sentido figurado e significa estar em uma situação complicada. Já no segundo exemplo a palavra “lençol” tem sentido literal, ou seja, pode ser interpretada em seu sentido básico, pois trata-se do tecido com o qual geralmente se forra um colchão. O exemplo 1 extraído de um romance, apresenta uma linguagem literária, enquanto o exemplo 2 tem caráter informativo, pois é um texto jornalístico.

TRILHA 2 | Tema: Denotação e Conotação. 4

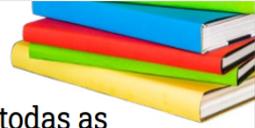
Fonte: Caderno 2ª (2021, p.7)

É importante mencionar que é necessário ir além da simples imagem e garantir que sua presença seja abordada de forma significativa no conteúdo do material didático. É fundamental fornecer informações detalhadas sobre sua obra, contextualizando-a no cenário literário brasileiro e refletindo sobre seu significado e impacto. Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de compreender a importância do trabalho de Carolina Maria de Jesus e explorar sua contribuição para a literatura brasileira de maneira mais completa.

Vejamos a figura 6 abaixo, que ilustra como os homens ocupam posições privilegiadas nas abordagens encontradas no estudo de literatura, como os escritores Aluísio Azevedo, com a obra “O Cortiço”, Raul Pompeia, com “O Ateneu”, e Machado de Assis, com “Memórias Póstumas de Brás Cubas”. Evidencia uma desigualdade na representação dos gêneros na literatura, com uma predominância de escritores homens. Essa situação levanta questionamentos importantes sobre a inclusão das vozes femininas na literatura e nas abordagens educacionais.

Figura 6 - A trilha na minha vida

7. A TRILHA NA MINHA VIDA



Foi uma caminhada e tanto, não é? Se você conseguiu fazer todas as etapas sugeridas, teve a oportunidade de conhecer grandes nomes da nossa literatura, autores como Aluísio Azevedo com a obra **O Cortiço** (1890), Raul Pompéia com **O Ateneu** (1888) e Machado de Assis com **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), deixam claro como a Literatura é fundamental para formar cidadãos capazes de analisar criticamente o mundo ao seu redor, como o texto literário influencia a formação do indivíduo, o seu aprimoramento intelectual e até ético.

Fonte: Caderno 2ª (2021, p.9)

Será que, historicamente, a presença masculina na literatura tem sido predominante, deixando pouco espaço para as vozes femininas? E como as abordagens mencionadas na figura 6, intitulada como 'A trilha da minha vida', podem abrir espaço para a inclusão da literatura feminina na formação intelectual e ética do indivíduo? Não seria possível fortalecer o letramento feminista ao explorarmos as obras desses escritores, utilizando suas narrativas para discutir e promover a igualdade de gênero?

A literatura desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos, oferecendo insights sobre a sociedade, a identidade, as relações humanas e diversos outros aspectos. Ao analisar as obras de escritores renomados como Aluísio Azevedo, Raul Pompeia e Machado de Assis, é válido questionar por que as contribuições das escritoras não são igualmente valorizadas e discutidas. É possível enriquecer a experiência literária dos estudantes ao incluir escritoras feministas e explorar o letramento feminista através desses escritores. Portanto, é crucial que os materiais educacionais explorem uma diversidade de perspectivas, incluindo vozes femininas e abordagens que reflitam as experiências das mulheres na sociedade.

Durante a pesquisa, foi identificada uma atividade de análise e interpretação de texto sobre as canções "Ai, que saudade de Amélia", de Mário Lago e Ataulfo Alves, lançada pela primeira vez em 1942, e "Emília", de Wilson Batista e Haroldo Lobo, composta no mesmo ano. É interessante observar que tanto a canção "Ai, que saudade de Amélia" quanto a canção "Emília" abordam estereótipos relacionados ao papel da mulher na sociedade, reduzindo-as

apenas ao papel de serviços domésticos. Esses estereótipos refletem uma visão tradicional e limitada dos papéis de gênero, na qual as mulheres são valorizadas apenas por sua dedicação aos afazeres domésticos e à subserviência aos homens. Vejamos na figura 7, a letra das músicas:

Figura 7 - Músicas – Ai, que saudade de Amélia / Emília

Música 1 – Ai, que saudade da Amélia	Música 2 – Emília
<p>Nunca vi fazer tanta exigência Nem fazer o que você me faz Você não sabe o que é consciência Não vê que eu sou um pobre rapaz</p> <p>Você só pensa em luxo e riqueza Tudo o que você vê você quer Ai, meu Deus que saudade da Amélia Aquilo sim é que era mulher</p> <p>Às vezes passava fome ao meu lado E achava bonito não ter o que comer Quando me via contrariado Dizia: Meu filho, o que se há de fazer?</p> <p>Amélia não tinha a menor vaidade Amélia é que era a mulher de verdade</p> <p><small>ALVES, Ataulfo. LAGO, Mário. <i>Ai! que saudade da Amélia</i>. Disponível em: https://www.letras.mus.br/mario-lago/377002/ Acesso em: 14 fev. 2021.</small></p>	<p>Eu quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar E que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar Só existe uma e sem ela eu não vivo em paz Emília, Emília, Emília, eu não posso mais</p> <p>Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café Não desfazendo das outras Emília é mulher Papai do céu é quem sabe A falta que ela me faz Emília, Emília, Emília, eu não posso mais</p> <p><small>LOBO, Aroldo. BATISTA, Wilson. <i>Emília</i>. Disponível em: https://www.letras.mus.br/fundo-de-quintal/139782/. Acesso: 14 fev. 2021.</small></p>

Fonte: Caderno 3ª (2021, p. 2).

Essa parte da música "Emília" apresenta uma visão estereotipada e limitada do papel da mulher na sociedade, enfatizando a importância de saber realizar tarefas domésticas, como lavar e cozinhar, além de acordar o homem cedo para trabalhar. A repetição do nome "Emília" sugere que essa é a única mulher capaz de cumprir essas expectativas. Vejamos as estrofes:

Quero uma mulher
 Que saiba lavar e cozinhar
 E de manhã cedo
 Me acorde na hora de trabalhar
 Só existe uma
 E sem ela eu não vivo em paz
 Emília, Emília, Emília
 (BATISTA; LOBO, 1942)

Ai, que saudade de "Amélia" descreve a personagem Amélia como uma mulher que não se importava com luxo ou riqueza, mas sim com as necessidades dos outros. Porém, a

canção também mostra uma certa idealização dessa figura, deixando de lado a complexidade e individualidade das mulheres. Vejamos os trechos dessa representação, “Amélia não tinha a menor vaidade/ Amélia é que era mulher de verdade” (LAGO; ALVES, 1942)

Ambas as canções refletem um contexto histórico em que os papéis de gênero eram rigidamente definidos, com as mulheres sendo colocadas em um lugar secundário e limitadas a funções específicas na sociedade. É importante considerar o contexto em que essas músicas foram escritas e interpretá-las à luz das mudanças sociais e avanços na igualdade de gênero que ocorreram desde então.

Ao analisar e interpretar essas canções, é fundamental questionar e problematizar os estereótipos nelas presentes, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva dos papéis das mulheres na sociedade. A valorização da diversidade e da igualdade de gênero são aspectos essenciais para desconstruir esses estereótipos e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Figura 8 - Atividade de compreensão textual

Agora, reflita:

- 1** Qual a temática discutida nos textos?
- 2** O que fez com que Amélia seja vista como “amorosa, passiva e serviçal?”
- 3** Podemos construir uma imagem de mulher ideal, nos dois textos?
- 4** Que características definem o perfil delas como mulher ideal? Você concorda? Justifique.

Disponível em: <https://linguadinamica.wordpress.com/category/plano-de-aula/> Acesso em: 25 fev. 2021. (Adaptado).

Fonte: Caderno 3ª (2021, p.3)

Percebe-se que essa atividade não proporciona oportunidades para que os estudantes reflitam e realizem uma nova interpretação dessas músicas. Segundo as diretrizes apresentadas na figura 8, de compreensão textual das músicas. Ademais, os estudantes podem ser convidados a refletir sobre como a música retrata Amélia como uma mulher submissa, cujo único valor está relacionado a ser uma boa esposa e dona de casa. A partir daí, podem ser

propostas discussões sobre os impactos desses estereótipos na vida das mulheres, as lutas históricas por igualdade de gênero e os avanços e desafios ainda presentes.

É relevante observar no gráfico abaixo que, embora os materiais didáticos produzidos pela Secretaria de Educação possam trazer representações literárias de mulheres, como a escritora Conceição Evaristo, é necessário estabelecer uma relação para reflexão e discussões sobre igualdade de gênero, letramento feminista e representatividade feminina no contexto social de poder.

Gráfico 1 - Representatividade



Enfim, a exclusão das mulheres nesses materiais é evidente e problemática, pois nega suas contribuições e presença em diversas áreas do conhecimento. Essa falta de representatividade perpetua estereótipos e desigualdades de gênero, limitando a compreensão dos estudantes sobre a sociedade e a diversidade de perspectivas.

4.4 SUGESTÕES DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

Ao trazer obras literárias clássicas como "O Cortiço" e "Missa do Galo", do renomado escritor brasileiro Machado de Assis, para o ambiente escolar, temos a oportunidade de

proporcionar uma experiência enriquecedora aos estudantes, ampliando seus horizontes literários e explorando questões de gênero presentes nessas obras.

Machado de Assis é amplamente conhecido como um autor romântico e realista, mas é importante ressaltar que ele também abordou questões relacionadas às mulheres e à desigualdade de gênero em suas narrativas. Ao analisar suas obras à luz dos princípios feministas, podemos promover o diálogo sobre as personagens femininas e suas representações, permitindo que as estudantes se identifiquem e construam suas identidades a partir desses exemplos que refletem os desafios enfrentados em suas vidas reais.

Ao adotar uma perspectiva de letramento feminista, exploramos os questionamentos sobre os papéis de gênero, as relações de poder e as opressões presentes nas narrativas de Machado de Assis. Essa abordagem oferece uma oportunidade única para debater e problematizar as construções sociais e culturais que afetam a vida das mulheres, não apenas no contexto das obras literárias, mas também em nossa sociedade atual.

Aqui estão algumas sugestões de como trabalhar as obras "O Cortiço" e "Missa do Galo" de Machado de Assis com uma perspectiva de letramento feminista:

1. Identifique personagens femininas: Analise as personagens femininas presentes nas obras, como Rita Baiana em "O Cortiço" e Nogueira em "Missa do Galo".
2. Explore suas características, motivações e os desafios que enfrentam em suas vidas.
3. Desconstrua estereótipos de gênero: Discuta os estereótipos de gênero presentes nas obras.
4. Analise como esses estereótipos influenciam as expectativas sociais em relação às mulheres e como as personagens desafiam ou se conformam a esses padrões.
5. Analise as relações de poder: Examine as relações de poder entre homens e mulheres nas obras.
6. Discuta como o patriarcado se manifesta e como as personagens femininas são afetadas por essas estruturas de poder.
7. Questione as representações femininas: Reflita sobre as representações das mulheres nas obras. Discuta se as personagens femininas são retratadas de forma complexa, se têm agência e se são representadas com suas próprias vozes e perspectivas.
8. Explore as questões sociais e econômicas: Analise como as personagens femininas são influenciadas pelas questões sociais e econômicas retratadas nas obras, como a exploração sexual e a falta de oportunidades.

9. Estabeleça conexões com o feminismo contemporâneo: Faça paralelos entre as lutas enfrentadas pelas personagens femininas nas obras de Machado de Assis e as questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade atual.
10. Discuta como os conceitos de igualdade de gênero, empoderamento feminino e desconstrução de estereótipos podem ser aplicados às situações vivenciadas pelas personagens.
11. Incentive a escrita reflexiva: Peça aos estudantes para escreverem ensaios, resenhas ou reflexões pessoais sobre as obras, abordando questões de gênero e feminismo presentes nos textos.
12. Encoraje-os a expressarem suas opiniões e a relacionarem as temáticas com suas próprias vivências e percepções.

É importante destacar que a análise das obras de Machado de Assis sob a perspectiva do letramento feminista pode gerar diferentes interpretações, uma vez que o autor escreveu em uma época em que os conceitos feministas contemporâneos ainda não estavam totalmente desenvolvidos. Portanto, é fundamental promover um diálogo crítico e estimular os estudantes a formarem suas próprias opiniões.

A música "Ai, que saudade de Amélia", composta por Ataulfo Alves e Mário Lago e lançada em 1942, pode ser um recurso multimodal com uma proposta intelectual para discutir de forma crítica e reflexiva os estereótipos de gênero presentes na letra e refletir sobre a representação das mulheres na sociedade atual. Embora a música tenha sido criada em uma época específica, sua análise nos dias de hoje permite-nos desconstruir os estereótipos e promover discussões relevantes sobre igualdade de gênero e empoderamento feminino. Ao abordar a música, podemos explorar os seguintes aspectos:

1. Contextualização histórica: É importante fornecer informações sobre o contexto histórico em que a música foi criada. Isso permitirá que os estudantes compreendam as normas e valores da época e discutam como esses estereótipos podem ter sido perpetuados ou desafiados ao longo do tempo.
2. Análise crítica da letra: Promova uma análise detalhada da letra da música, destacando os estereótipos de gênero presentes e como eles afetam a representação das mulheres. Incentive os estudantes a questionar e refletir sobre os papéis atribuídos às mulheres na música e a discutir como esses estereótipos podem influenciar as percepções e expectativas sociais.

3. Resignificação da música: Desafie os estudantes a criar uma nova versão da música que desconstrua os estereótipos de gênero presentes na letra original. Incentive-os a escrever novas letras que valorizem a autonomia, a diversidade e o empoderamento das mulheres, promovendo a igualdade de gênero e a desconstrução dos estereótipos limitantes.
4. Discussão sobre representação feminina: Explore a representação das mulheres na sociedade atual e discuta os desafios enfrentados por elas no contexto contemporâneo. Incentive os estudantes a compartilhar suas perspectivas e experiências, promovendo um diálogo construtivo sobre questões de gênero, igualdade e empoderamento feminino.

Além disso, o trabalho com recursos multimodais amplia as possibilidades de análise e interpretação, permitindo que os estudantes explorem a linguagem musical, as emoções transmitidas pela música e as possíveis conexões com outras formas de expressão artística, como a literatura, a pintura, o cinema, entre outros.

É importante ressaltar que, ao trabalhar com essas músicas como recurso multimodal, é possível explorar sua dimensão estética, emocional e cultural, estimulando a reflexão crítica e a construção de novos significados em relação aos estereótipos de gênero e à representação das mulheres.

Percebe-se em determinadas leituras, a mulher em um papel estereotipado, fracionado, fragmentado, desempenhando uma representação que a coloca à margem do processo de construção na sociedade-mundo. Compreendo a importância de uma análise crítica das representações de gênero nos materiais escolares, especialmente no que diz respeito às mulheres. É fundamental que a sala de aula seja um ambiente formador, humano e cidadão, no qual os estudantes possam desenvolver uma compreensão mais ampla e inclusiva das questões de gênero.

Quando as mulheres são retratadas de maneira estereotipada e fragmentada nos materiais didáticos, isso pode reforçar desigualdades de gênero e limitar as perspectivas e aspirações das estudantes. Além disso, também pode perpetuar a ideia de que os papéis das mulheres na sociedade estão restritos a determinadas esferas, como o cuidado doméstico e a maternidade, enquanto exclui outras áreas de atuação e participação.

Por tanto é fundamental promover uma visão mais abrangente e igualitária das mulheres nos materiais escolares, que reconheça suas diversas contribuições e conquistas em diferentes áreas. Isso pode ser feito por meio da inclusão de exemplos de mulheres líderes,

cientistas, artistas, escritoras, ativistas e outras profissionais em posições de destaque. Além disso, é importante destacar as lutas históricas das mulheres pelos direitos civis, pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento de suas capacidades e potencialidades.

Todo o percurso de estudo sobre esse material nos faz perceber que, apesar de trazer o estudante para o protagonismo e apresentar um conteúdo acessível com linguagem fácil, ainda existe uma exclusão das mulheres na construção e reflexão nas abordagens dos materiais didáticos disponibilizados.

Assim, é fundamental repensar as abordagens literárias utilizadas nos materiais educacionais, buscando uma representação mais equilibrada e diversificada, a fim de promover uma educação mais inclusiva e sensível às questões de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos neste estudo sobre o letramento feminista em livros didáticos do ensino médio da Bahia, podemos afirmar, com respaldo em diversas pesquisas, que a representatividade feminina e a igualdade de gênero nos materiais educacionais são questões urgentes e relevantes a serem abordadas.

Conforme defendido por Bourdieu (2004, p.129), "o mundo social é, no sentido mais literal do termo, uma construção do sujeito". Portanto, é fundamental reconhecer que os materiais didáticos são responsáveis por construir e transmitir conhecimentos, influenciando diretamente a formação dos estudantes. No entanto, é preocupante constatar que a exclusão das mulheres nessas obras é evidente e problemática, perpetuando estereótipos e desigualdades de gênero.

Neste contexto, a abordagem do letramento feminista surge como uma ferramenta poderosa para promover a conscientização e a transformação social. Como afirma Freire (1996, p.35), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Dessa forma, é necessário que os materiais didáticos estimulem a reflexão crítica sobre as questões de gênero, propiciando a construção de uma consciência feminista nos estudantes.

A importância da representatividade feminina nos materiais didáticos é enfatizada por Smith (2015, p.214), ao afirmar que "a representação adequada das mulheres é fundamental para a formação de uma sociedade igualitária e justa". A inclusão de mulheres em diferentes áreas do conhecimento, tanto nas ciências quanto nas artes e na literatura, é essencial para desafiar estereótipos e desconstruir as barreiras que limitam o papel das mulheres na sociedade.

É relevante observar que, embora os materiais didáticos produzidos pela Secretaria de Educação possam trazer representações literárias de mulheres, como a escritora Conceição Evaristo, é necessário estabelecer uma relação para reflexão e discussões sobre igualdade de gênero, letramento feminista e representatividade feminina no contexto social de poder. Segundo hooks (2000, p.16), "a aprendizagem sobre o feminismo precisa começar com uma análise da cultura dominante e do seu impacto nas mulheres". Portanto, os materiais didáticos devem promover essa análise crítica e estimular o diálogo em torno dessas questões.

Enfim, a exclusão das mulheres nos materiais didáticos é uma realidade evidente e problemática que nega suas contribuições e presença em diversas áreas do conhecimento.

Essa falta de representatividade perpetua estereótipos e desigualdades de gênero, limitando a compreensão dos estudantes sobre a sociedade e a diversidade de perspectivas.

Diante disso, é fundamental que sejam realizadas ações concretas para promover a inclusão e a representatividade feminina nos materiais didáticos. Conforme apontado por Collins (2017, p.44), "a inclusão é um processo ativo que requer trabalho contínuo e engajamento por parte dos educadores e gestores educacionais". É necessário que sejam implementadas políticas educacionais que valorizem a diversidade de gênero e promovam a igualdade, não apenas no discurso, mas também na prática.

Uma das estratégias que podem ser adotadas é a revisão e atualização dos currículos escolares, incorporando conteúdos que abordem de forma adequada e inclusiva as questões de gênero. Isso implica na seleção criteriosa de materiais didáticos que representem a diversidade de perspectivas, incluindo vozes femininas que tenham contribuído significativamente para o conhecimento humano.

É essencial também investir na formação dos educadores, proporcionando-lhes ferramentas e conhecimentos sobre o letramento feminista e suas práticas pedagógicas. Conforme afirmado por Lorde (2007, p.111), "a educação é um processo de constante questionamento". Portanto, é necessário que os professores sejam capacitados para fomentar o pensamento crítico e a reflexão sobre as desigualdades de gênero, de modo a estimular o engajamento dos estudantes nesse debate.

Além disso, é fundamental criar espaços de diálogo e discussão nas salas de aula, onde os estudantes possam expressar suas ideias, compartilhar experiências e desconstruir preconceitos. A educação deve ser um ambiente seguro e acolhedor para todos, promovendo a diversidade e a igualdade.

Por fim, ressalta-se a importância de futuras pesquisas e intervenções no campo do letramento feminista nos materiais didáticos. É necessário que a academia, os educadores e as instituições de ensino se engajem em estudos e projetos que contribuam para a construção de um ensino mais inclusivo, onde as vozes das mulheres sejam ouvidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Americanah**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Uma adaptação do discurso feito pela autora no TEDx Euston. 2015.
- ALVES, Ataulfo; LAGO, Mario. Ai, Que Saudades da Amélia. 1942. Disponível em: <http://www.letras.mus.br/mario-lago/377002/>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho**. SP: 2017.
- BAHIA. Secretaria da Educação. **Cadernos de apoio**. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/cadernos-de-apoio>. Acesso em: 25 de mar.2022.
- BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio área: linguagens**. Salvador: Secretaria da Educação, 2015.
- BAHIA. Secretaria da Educação. **Superintendência de Políticas para Educação Básica**. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Salvador: Secretaria da Educação, 2018. 468 p.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.
- BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, n. 8, p. 28-44, 2020.
- COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: DANTAS, CYRANKA, Lucia F. Mendonça; BARROSO, Terezinha. **A pedagogia da variação linguística na escola: experiências bem sucedidas**. SciELO-EDUEL, 2018.
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Fundação Konrad Adenauer. 3 ed. 2010. P. 13 – 19.

GRANDO, Katlen Böhm. **O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do Termo, conceituação relações com a escolarização**, 2012.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 14º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática** / bell hooks; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.1952 –

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

hooks, bell. **Teoria feminista [recurso eletrônico]: da margem ao centro** / tradução Rainer Patriota. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUMBERTO et all. *Educação política: reflexões e práticas democráticas*. Rio de Janeiro:

IBGE. Estatísticas Sociais. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 15 maio 2023, às 23h23.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. **(No Title)**, 1986.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast, 2012.

LESSA, Claudia. *Cadernos de apoio à aprendizagem auxiliam professores e estudantes na implementação do continuum curricular*. Disponível em:

<https://atarde.com.br/educacao/cadernos-de-apoio-a-aprendizagem-auxiliam-professores-e-estudantes-na-implementacao-do-continuum-curricular-1164611>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática (coleção magistério. Série formação do professor)*. Cortez, Parábola Editorial, 2007.

LIMA, R.A. *Pedagogia feminista e currículo escolar*. *Open Minds International Journal*. São Paulo, vol. 1, n. 2: p. 58-67, Mai, Jun, Jul, Ago/2020.

LOBO, Haroldo; BATISTA, Wilson. *Emília*. Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/vassourinha/emilia/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LOPES, João Francisco. *O bilinguismo e a problemática da diglossia no processo de letramento: o caso de cabo verde e suas diásporas*. *PAPIA* 21(1), p. 123-136, 2011.

REGINA, Marcia. **Letramento & letramentos:** uma perspectiva sociocultural dos usos da escrita. D.E.L.T.A., 29:1, 2013.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SACRISTÁN, J.G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, F. (Orgs.) Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, p. 82-113, 1995.

SANTOS, Leide. Mobral: alfabetização de adultos como propaganda de legitimação política na ditadura militar do Brasil (1967-1985). (Monografia Graduação). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. **Letramento político:** Por uma educação linguística democrática. Travessias Interativas / São Cristóvão (SE), N. 22 (Vol. 10), p. 53–66, jul-dez/2020.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. - 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STREET, Brian. **Letramentos sociais:** Abordagens crítica do letramento no desenvolvimento, na etnográfica e na educação / Brian V. Street; tradução Marcos Bagno, - 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240 p.; 23 cm. (linguagem; 57)

UNESCO. 1997. **50 Years of Education. UNESCO Education Sector.** Paris: UNESCO.

UNESCO. 2003. **Literacy, a UNESCO Perspective.** Paris: UNESCO.

UNESCO. 2004. **The Plurality of Literacy and its Implications for Policies and Programmes.** UNESCO Education Sector Position Paper. Paris: UNESCO.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1936].

WERNECK, Hamilton. **Professor:** agente da transformação. Rio de Janeiro: Wak ed. 2008.